



Anais da Assembléia

Nº 156

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 149ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1979

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Palácios e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguialdo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorcin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a exigência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se insira na ata dos trabalhos, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. EDEGAR MAROCHI, ocorrido em Campo Largo, em 27 de novembro do corrente.

Outrossim, solicita que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada no seguinte endereço: viúva Nizete Marochi, Av. Porcelana s/n.º – Itaquí - Campo Largo.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1979.

a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. JOÃO ERNANI BETTEGA, ocorrido nesta Capital, no último dia 27 do corrente.

O desaparecimento do Dr. João Ernani Bettega, aos 63 anos de idade, deixa grande consternação na tradicional família Bettega, ao numeroso círculo de amizade e nos meios universitário paranaense, pois além de uma vida exemplar como chefe de família, cultivava uma numerosa amizade e, pela seriedade nos seus trabalhos médicos, tornou-se professor catedrático.

O Dr. João Ernani Bettega, além do magistério, exerceu

ainda a chefia do Departamento de Medicina Preventiva e funções no Núcleo Profilático "Professor Pereira Filho".

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Rua Dr. Pedrosa, 313, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1979.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado ao LONDRINA ESPORTE CLUBE, um voto de louvor pela sua brilhante atuação no Campeonato Brasileiro que, se não culminou com a sua classificação para a fase final do certame, demonstrou um futebol maduro e de qualidade.

Requer, ainda, seja dado ciência à sua Diretoria.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1979.

a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

Ontem, o Londrina Esporte Clube foi desclassificado para as finais do Campeonato Brasileiro. Se constitui sentimento de tristeza por um lado, por outro o fato de a valorosa equipe da cidade de Londrina ter atingido a posição que chegou, significa que atingiu um ponto de maturidade que a coloca definitivamente em condições de igualdade com os grandes times brasileiros.

A cada vitória e a cada derrota nosso coração esteve presente com a valorosa esquadra do L.E.C. e com a cidade de Londrina, juntamente com todas as demais cidades do norte do Paraná que sabem que este ato foi a valorização e a interação do futebol do interior brasileiro.

Estendo meus parabéns a todos os jogadores, técnicos, preparadores e à valorosa Diretoria, e solicito que essa Assembléia encaminhe ao Londrina Esporte Clube, um voto de louvor pela brilhante campanha e saibam que com o Londrina também vibraram os estudantes, operários, industriais, comerciantes, enfim, todo povo norte-paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de regozijo pelo transcurso do 18.º aniversário de emancipação política do Município de Dois Vizinhos.

Dois Vizinhos, vem apresentando um desenvolvimento dos mais expressivos, graças ao trabalho ordeiro e pujante de sua nobre população, que sempre tem dado o melhor de seus esforços, para o engrandecimento de seu município e do Estado.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores, extensivo a todo o legislativo municipal, bem como ao laborioso povo daquele município.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1979.

a) TÚLIO ZANCHET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto

de regozijo pelo transcurso do 16.º aniversário de emancipação política do Município de Santa Isabel do Oeste.

Santa Isabel do Oeste, vem representando um desenvolvimento dos mais expressivos, graças ao trabalho ordeiro e pujante de sua nobre população, que sempre tem dado o melhor de seus esforços, para o engrandecimento de seu município e do Estado.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores, extensivo a todo o Legislativo Municipal, bem como ao laborioso povo daquele município.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1979.

a) TÚLIO ZANCHET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje um voto de repúdio aos elementos que integram a segurança pessoal do Presidente da República pelas agressões físicas e morais a profissionais da imprensa do Paraná.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1979.

a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Por uma questão de justiça e de consciência, não podemos ficar omissos nem calar diante dos lamentáveis fatos ocorridos durante a visita presidencial ao Paraná. Exorbitando da ação de proteger o Chefe da Nação, a equipe que compõe o corpo especial da Segurança Presidencial exerce uma violência contra todos, indiscriminadamente, que tentam se aproximar do Presidente. Não poupando nem mesmo os JORNALISTAS PROFissionais, credenciados para a cobertura oficial, que são feridos em suas condições morais, além de, em muitas vezes, sofrerem agressões físicas. Ainda hoje, quando da inauguração do Centro Social Urbano de São José dos Pinhais, vários profissionais de imprensa tiveram problemas para cumprir legalmente suas missões. A repórter Alta Borges Rezende, da TV-Iguaçu sofreu problemas de ordem moral, quando um elemento da segurança tentou arrancar, de forma brutal, a sua credencial, impedindo a liberdade de trabalho. A moça sofreu uma crise nervosa, pois ficou traumatizada com a violência dos atos. O repórter Lourival Curvelo, da Rádio Independência, levou um pontapé de um dos integrantes da segurança, saindo do local mancando. Simplesmente porque tentou uma aproximação ao Presidente. Mesmo com credencial especial ele foi afastado aos empurrões, merecendo até uma interferência do próprio Governador, que tentou contornar a situação. Também o repórter Roberto Lopes, da Rede Capital, sofreu sérios problemas. Na verdade, se ficarmos a enumerar os incidentes encontraremos tantos, que o tempo e espaço não permitem registrar. Não é de hoje que tais vem ocorrendo, sem que ninguém tome providências.

Aproveito para encaminhar, em anexo, cópia do requerimento datado de 24 de setembro de 1979, quando registramos protesto contra a violência empregada pelos homens que cuidam da Segurança Pessoal do Presidente da República. Naquela ocasião pedimos providências junto ao Ministro da Justiça, Sr. Petrônio Portela, solicitando urgentes medidas visando solucionar os lamentáveis fatos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, dispensa da publicação de Redação Final para os Projetos de Resolução n.ºs 130 e 131/79, que autorizam realização de plebiscito em área dos Municípios de Catanduvas e Formosa.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1979.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Dr. JOSÉ ALVES PADILHA, Mui Digno Presidente da Cooperativa Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFÉ DO PARANÁ, no sentido de que esse órgão solicite à Sua Excelência Senhor Governador do Estado, através desta Casa:

1 — Instalação no Município de Toledo de uma filial da CAFÉ DO PARANÁ, e conseqüente desligamento de seu posto, ora existente nesse município, da filial de Umuarama;

2 — Implantação imediata pela CAFÉ DO PARANÁ em TOLEDO, de uma UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE SEMENTES.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1979.

a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

O atendimento ao presente solicitado seria como uma medida de justiça a um município que está incluído entre os de maior potencial econômico do Estado do Paraná, proporcionando melhores condições para o desenvolvimento da comunidade toledana.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições e prerrogativas constitucionais e regimentais, REQUER seja encaminhado o seguinte pedido de informações aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem:

1 — Por que motivo houve paralisação na construção da rodovia que ligará Umuarama a Assis Chateaubriand, permitindo, com isso, a destruição quase total, pelas chuvas, dos aterros e de outros serviços de terraplenagem, em grave prejuízo para o Tesouro do Estado?

2 — Quando haverá o reinício das obras, para segurança e tranquilidade das populações?

3 — Que medidas emergenciais irão ser tomadas imediatamente, no intuito de por fim ao isolamento em que fica o Alto Piquiri nas temporadas de chuvas, isolamento esse que ocasiona sérios prejuízos aos produtores?

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1979.

a) ROMERO FILHO

JUSTIFICATIVA:

A região a ser percorrida pela futura rodovia apresenta alto índice de produção agrícola, e tem necessidade, portanto, de escoar sua produção. Soja, trigo e café constituem as principais riquezas, e contribuem substancialmente para o aumento da receita pública e particular. Não adianta produzir, e ter de ficar com a safra encalhada nos paióis dos sítios e das fazendas. O encalhe representa grande prejuízo para o agricultor, para o Município e para o Estado.

Temos de encarar ainda outro não menos importante aspecto da questão: houve dispêndio de fortes somas na execução de aterros e de obras de terraplenagem, e, com a paralisação do serviço, o que foi feito está sendo destruído pelas fortes chuvas, como as que ocorreram ainda este mês, perdendo-se, assim, todo o dinheiro já investido.

A demora no reinício das obras obrigará a que se reconstrua tudo o que já tinha sido feito, com nova e mais pesada sobrecarga financeira sobre o castigado contribuinte.

Não obstante a precariedade da situação do Tesouro do Estado, algumas medidas de emergência devem ser tomadas com urgência em vista da aproximação da estação chuvosa, para

que a cidade de Alto Piquiri não fique totalmente isolada, como tem acontecido, ocasionando, com esse isolamento, graves danos para a laboriosa comunidade local.

Não é antiético perguntar-se ao Governo do Estado quando recomeçarão as obras de construção da rodovia que ligará Umuarama a Assis Chateaubriand, como não é destoante a nossa solicitação em favor da população do Alto Piquiri.

As razões acima expostas justificam plenamente, este nosso pedido de informações, a ser encaminhado aos Srs. Governador do Estado, Secretário de Transportes e Diretor do DER.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 914/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — A transferência de área territorial de um para outro município depende de lei especial, após a comprovação dos requisitos e a observância das formalidades estabelecidas nesta lei.

Art. 2.º — O processo de transferência, referido no artigo anterior, terá início com representação dirigida à Assembléia Legislativa, onde se comprove o benefício sócio-econômico, acompanhada de mapa descritivo das divisas, segundo linhas geodésicas entre pontos identificados ou seguindo acidentes naturais, subscrita por oitenta (80) eleitores, no mínimo, residentes ou domiciliados na respectiva área, com as firmas reconhecidas e atestado de residência ou domicílio, expedido por autoridade policial da localidade.

Parágrafo único — A Assembléia Legislativa poderá colher subsídios comprobatórios de que o município remanescente não perde os requisitos mínimos, exigidos pela legislação federal, para a criação de município.

Art. 3.º — A Assembléia Legislativa ouvirá as Câmaras e Prefeitos dos Municípios que sofrerem diminuição de seus territórios, os quais terão prazo máximo de trinta (30) dias para se pronunciar, findo o qual o silêncio importará em consentimento.

Art. 4.º — Instruído o processo, a Assembléia Legislativa deliberará sobre a realização do plebiscito de consulta às populações interessadas.

§ 1.º — Considera-se favorável o plebiscito, se a maioria dos votantes opinar pela transferência, em manifestação a que se tenham apresentado pelo menos cinquenta (50%) por cento dos inscritos.

§ 2.º — Sempre que o resultado do plebiscito for desfavorável à transferência territorial, a proposta será arquivada, não podendo ser renovada na mesma legislatura da Assembléia Legislativa.

Art. 5.º — A transferência territorial de que trata esta lei, só poderá ser feita no período compreendido entre dezoito e seis meses anteriores à data da eleição municipal, na forma da legislação federal.

Art. 6.º — Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1979.

a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A atual divisão administrativa do Estado está a reclamar urgente revisão. Os conflitos e imprecisões existentes nas divisas somados à falta de critérios geo-econômicos e histórico-sociais na delimitação de inúmeros municípios, demonstram enfaticamente essa necessidade.

É natural que assim seja. O processo de acomodação das comunidades, que se desencadeia após a sua autonomia, enseja o confronto entre o projeto ideal e a realidade concreta.

Daí as constantes reivindicações de Prefeitos, Câmaras e segmentos importantes da população de incontáveis municípios, no sentido de ceder área de seu território que se tornou

praticamente desvinculada do conjunto, ou de absorver porção geográfica pertencente a outro município, mas em verdade integrada à sua vida social, econômica e até política.

A nossa legislação, nesta matéria, peca pela omissão.

Não há, hoje, como se proceder, a fim de regular as situações, às vezes, dramáticas.

Efetivamente, a Lei Orgânica anterior, ainda que de passagem, consagrava uma sistemática permissiva de transferência de área entre municípios.

Porém, com o advento da atual Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973 — que não disciplinou a espécie e que revogou expressamente a Lei Orgânica antiga — configurou-se “vacatio legis”.

De modo que desde a edição do Ato Complementar n.º 46, de 07 de fevereiro de 1968, o nosso Estado acumulou problemas de fronteiras municipais, sem poder solucioná-los adequadamente.

O presente projeto visa abrir a possibilidade legal e procedimental de os conflitos e distorções lindeiros encontrarem solução mansa e pacífica. Mais ainda, resultante de participação ativa dos interessados diretos, ou seja, dos moradores da área, das autoridades vinculadas e, sobretudo, da deliberação de cúpula deste Poder Legislativo, em última instância, como convém a um regime verdadeiramente democrático.

O processo pretende ser o mais simples, tanto quanto permitem os padrões assecuratórios da autenticidade e da legitimidade das iniciativas.

Por isso, começa com a representação dos interessados, envolve as autoridades municipais, passa pelo crivo plebiscitário — exigência inarredável, segundo o entendimento unânime e pacífico da Suprema Corte de Justiça — e se consuma no soberano pronunciamento desta Casa.

Com os comandos articulados, esperamos contribuir para dotar o nosso direito positivo de mais um diploma legal capacitado e traduzir, em fatos concretos, as justas aspirações do titular da soberania, que é o nosso laborioso povo.

PROJETO DE LEI N.º 195/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “Centro Cultural e Esportivo Ceuzulense”, no Município de Céu Azul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1979.

a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Inegavelmente, a entidade acima que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem cumprindo fielmente as suas finalidades de caráter social, cultural, educacional, artístico e cívico, difundindo a cultura física e a prática dos desportos em geral.

Pela documentação anexa, verifica-se que a entidade preenche todos os requisitos legais exigidos para aquele fim, razão por que apresenta o presente plano de lei à apreciação dos nobres Pares, contando com o seu apoio para sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência tem a grata satisfação de registrar as presenças neste Plenário, dos Srs. Geraldo Baptista Chaves, Prefeito Municipal de Céu Azul, Nelson Marciliano, Presidente da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand, e Srs. Vereadores de Assis Chateaubriand, Tupãssi e Céu Azul, e demais autoridades dessas comunas. É com grande satisfação que a Mesa registra a presença das ilustres autoridades visitantes, que muito honram este Poder Legislativo.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro

orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, quando usávamos da tribuna para fazer uma análise da violência institucionalizada no País e no Paraná, nós citamos três tipos de violência: a violência oficial, a violência particular e a violência policial-social. Hoje voltamos à tribuna, Sr. Presidente, para denunciar uma violência que também ontem, rapidamente nós a ela fizemos menção, que é a violência legislativa, que mais especificamente ela se refere a projetos de lei que são aprovados por decurso de prazo. Isto é, realmente, uma violência legislativa.

Eu citava, como exemplo concreto, a aprovação da Lei de Segurança Nacional, pelo Congresso, pelo decurso de prazo. E também como violência à Nação brasileira, a aprovação do projeto da reforma partidária, de forma como ela foi imposta à Nação brasileira.

E hoje voltamos a esta tribuna, para falar especificamente de violência legislativa que vem ocorrendo aqui no Estado do Paraná.

Recentemente, o Governo do Estado encaminhou a esta Casa um projeto de lei visando reorganizar a cobrança da Taxa de Segurança Pública, e eu, como ex-Delegado, fui, com toda a modéstia, o que mais defendeu a aprovação desse projeto aqui nesta Casa, em que pese ser eu da Oposição.

Defendi, Sr. Presidente, porque via e continuo vendo neste projeto a única maneira de a Polícia Civil e do DETRAN se reaparelhar melhor e de se portar em melhores condições materiais e humanas, porque é através desta Taxa do FUN-RESPOL que a Polícia consegue comprar viaturas, comprar equipamentos, rádios, e também construir Delegacias pelo Interior do Estado e na Capital. Mas o que não podemos admitir, é exatamente a razão pela qual voltamos à tribuna nesta tarde, é o fato de projetos passarem, por decurso de prazo. E este projeto, coube a nós relatá-lo, e o fizemos na Comissão de Constituição e Justiça, e no dia seguinte, o entregamos na condição de Presidente da Comissão de Segurança Pública, devidamente também relatado, como as Emendas que entendíamos e continuamos entender que deveriam ser propostas. Realmente, fizemos algumas emendas que visavam única e exclusivamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, defender o bolso do contribuinte do Paraná. E foi exatamente o que aconteceu, porque esta lei, este projeto, ele tinha como fato gerador, como base de cálculo, a unidade-padrão fiscal para o Paraná, que foi instituída pelo Poder Executivo, em três mil cruzeiros.

E, como a partir desta base de cálculo, toda taxa seria a cobrar, nós entendíamos na ocasião, e continuamos a entender que, esta base de cálculo devesse ser reduzida para dois mil e quinhentos cruzeiros.

E ofertamos esta emenda substitutiva, Sr. Presidente, e lamentavelmente, esta emenda, juntamente com outras emendas aditivas no Capítulo das Isenções, estas emendas não poderão ser apreciadas, discutidas e votadas pelo Plenário, porque infelizmente existe esta vergonha deste expediente que é o decurso de prazo.

Então, lamentavelmente, concluímos, Sr. Presidente.

A razão de nossa presença nesta tribuna, é para protestar e deixar registrado aqui, a violência legislativa, com estes expedientes escusos de decurso de prazo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa registra, a presença em nosso plenário, dos Vereadores Abílio Jardim, Guilherme Bassani e Antônio Monteiro Castilho, de São João do Ivaí, e líderes de Lunardelli.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto violência continua na ordem do dia, e por uma

questão de justiça, e acima de tudo, de consciência, volto a esta tribuna para condenar a ação dos homens que integram a segurança pessoal do Sr. Presidente da República. Estes homens estão exorbitando no exercício de suas missões e de há muito tempo agrediram repórteres em Porto Alegre, agrediram a imprensa em Belo Horizonte, em São Paulo, e vêm agredir agora a imprensa do Paraná.

Nós ficamos chocados, e solicito aos companheiros de Casa, o apoio ao voto de repúdio que estou solicitando através da Mesa, para protestar contra a ação destes homens que comandam a violência contra a imprensa.

Na verdade, nesta manhã, no Centro Social Urbano de São José dos Pinhais, a repórter Alda Borges Resende, da TV Iguaçu Canal 4, foi agredida primeiro moralmente, porque foi pressionada por um dos agentes da segurança de que estava exorbitando no seu trabalho, querendo se aproximar do Presidente, levou um soco no seio e teve arrancada a sua credencial oficial. Diz o líder da ARENA que é bom gosto, e eu concordo que é bom gosto a repórter tentar se aproximar, mas nunca levar um soco no seio ou onde quer que seja.

Realmente, condeno esta atitude dos elementos da segurança presidencial. Sem medo, registro o fato aqui desta tribuna, porque neste momento, é importante que tenhamos coragem para denunciar tais fatos e lamentáveis ocorrências.

O repórter Lourival Curvello, da Rádio Independência, teve sua perna calçada, levou um pontapé e caiu nos pés do Presidente João Baptista Figueiredo. Graças à intervenção e por questão de justiça do ilustre Governador paranaense, Ney Braga, o problema não teve maiores e piores consequências. Usando de uma tática política, ele afastou os repórteres, conversou com os repórteres e posteriormente, conseguiu uma audiência com o próprio Chefe da Nação, colocando panos quentes. Se não fosse esta habilidade do Sr. Governador do Estado, o tumulto seria generalizado, porque a imprensa do Paraná não é submissa e não é subserviente para ficar sendo agredida. E aos gritos protestar e se fosse necessário chegar a uma ação contra o Chefe da Nação, para que ele visse, abrisse os olhos e notasse o que está acontecendo.

No dia 24 de setembro eu já protestei nesta Casa contra estes mesmos elementos da segurança pessoal e volto hoje a falar, porque estão eles na cidade, e é bom que se tome conhecimento que o Deputado Mário Celso levantou sua voz contra estes mal escrupulosos elementos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa registra com satisfação a presença em nosso plenário, do Sr. Daniel Fernandes Moura, Vereador do Município de Marialva, bem como do Vereador Antônio Ramos Filho, do Município de Floresta. Satisfação do Poder Legislativo, em recebê-los.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao terceiro orador inscrito, nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Curitiba assitiu hoje a visita do cidadão João Baptista de Oliveira Figueiredo, que usa ilegítima e indevidamente, o cargo de Presidente da República, desta grande Nação.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tenho um apelo a fazer aos nobres

Deputados. Esta Presidência foi eleita pelos Srs. Deputados para dirigir os trabalhos deste Poder Legislativo, e faz um apelo ao orador que se encontra na tribuna, que ao se dirigir às autoridades constituídas o faça com o devido respeito, como determina o Regimento Interno deste Poder. E faz um apelo aos Srs. Deputados, para evitar que fatos desagradáveis venham a desabonar este Poder Legislativo, que é composto por homens de bem, que têm o único objetivo, o engrandecimento do nosso Estado e da nossa Nação.

Consciente da responsabilidade de todos nós, Deputados, essa Presidência, que teve a honra e o orgulho de ser eleita por

tão dignos Srs. Deputados, pede a colaboração de todos para o bom andamento dos trabalhos deste Poder Legislativo.

Com a palavra, o nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Eu retifico, Sr. Presidente, João Baptista Figueiredo, que não foi eleito pelo povo.

Ele veio a Curitiba, inaugurar, primeiramente, a praça que foi construída pelo povo. Em cada tijolo, em cada pedra, o suor e as lágrimas se misturando ao cimento, o operário que está há dez dias parado, num movimento pacífico e ordeiro, de reivindicação de melhores salários. Tudo foi montado, tudo artificial, tudo falso, sem o povo. Vimos crianças dispensadas das salas de aula, obrigados a portar bandeirinhas e gritar o nome do Presidente da República.

Mais uma vez as crianças foram usadas. Não vimos nada de natural, porque não vimos o povo. Nem nas ruas, nem de frente ao Palácio Iguaçu. Vimos funcionários públicos dispensados das suas repartições, para a recepção. O aparato policial digno dos bons tempos da Alemanha.

E eu faço aqui ao Presidente, um apelo, para que diminua este aparato. O brasileiro é pacífico. Não é preciso tanto esquema de segurança em torno de um Presidente. Não se justifica.

Eu gostaria de ver um Presidente que rompesse esse formalismo dos programas pré-montados e pré-estabelecidos e que fosse dialogar com os pedreiros lá na Praça do Atlético. Que visitasse as favelas, que conversasse com os motoristas de táxi. Mas não. O esquema é montado para dar a falsa idéia de uma situação que para muitos é colorida, mas que para nós é preta e branca, mais preta do que branca.

Mas, a situação do povo, realmente, continua a mesma, e é de se estranhar que na vinda do mandatário máximo da Nação, não vimos o povo nas ruas.

O povo, Sr. Presidente, está desacreditado, está oprimido, está com fome. Que da próxima vez, vamos torcer e pedir que o Presidente venha ao Paraná, sentir os problemas sociais deste Estado, que são profundos e latentes, com 900 mil trabalhadores volantes, sem emprego, uma multidão desempregada. Que ele venha ao Estado; será bem recebido, mas que rompa esses formalismos de programas pré-montados; que não venha inaugurar praça, porque a praça o próprio povo inaugura, porque a praça é dele, é do povo.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao quarto orador inscrito, nobre Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encontramo-nos nesta tribuna, para solicitar dos Srs. Deputados o apoio incondicional para dois futuros municípios, e que no próximo dia 25 passado, houve o plebiscito nesses e outros tantos municípios de nosso Estado. Peço este apoio porque as suas lideranças estão aqui, presentes em nossa tribuna de honra, que são os Distritos de Vera Cruz do Oeste e Tupãssi, muito bem representados nesta Casa pelo ilustre e dinâmico Deputado Egon Pudell, como também no Congresso Nacional, pelo Sr. Deputado Roberto Galvani, e nós que ouvimos os resultados finais deste plebiscito acontecido no dia 25, nada mais poderíamos falar contra, porque é essencialmente a vontade do povo. Nos distritos houve uma votação extraordinária e espetacular que ultrapassou a expectativa. No Distrito de Vera Cruz do Oeste, noventa e nove por cento de seus eleitores votaram favoravelmente à criação de um novo município, na minha região, Oeste paranaense e é um distrito que nós conhecemos e tem todas as condições sócio-econômicas para ser um dos bons municípios do Estado do Paraná.

O Município de Assis Chateaubriand, também o distrito que tem suas condições, legalmente assinada pelo seu poder constituído, eleito pelo povo, que é a Câmara Municipal. Todos

unidos, estão apoiando, e noventa por cento de seus eleitores pediu a criação de Tupãssi.

A minha presença nada mais é do que dar apoio a esses homens, ao lado de seus Deputados, que já frisei, Egon Pudell e Roberto Galvani, para que se criem urgentemente estes dois grandes municípios no nosso Estado do Paraná.

Mas nós também, desta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvimos as palavras do eminente Deputado Fiori Luiz, quando dizia que na praça pública compareciam os estudantes, as crianças que foram liberadas, para aglomerar-se e para que o Presidente tivesse alguém da população para assistir a inauguração de uma praça que foi construída pelo povo.

Nós sabemos disso, que ela foi construída pelo povo, e ainda bem que se mandam as crianças, que é o futuro deste País, para assistir a inauguração de uma praça. Mas eu assisto de cabeça, desta vez não erguida, quando foram obrigados alguns colégios a dispensar as crianças das aulas por causa da greve, porque não tinha segurança para as crianças saírem de seus lares e comparecer aos bancos escolares.

Isto sim, não podemos concordar, porque assistir a uma inauguração é um ato cívico que a criança precisa acostumar-se com as coisas, respeitando a ordem e o progresso da sua Nação.

Agora, deixarem de comparecer às aulas, deixando de aprender as suas primeiras letras, na primeira escada de um degrau que é a cultura e educação daquela criança, não poderiam ir à aula, única e exclusivamente por causa de uma greve e nós defendemos o direito à greve, mas que dela só compareçam aqueles que legalmente reivindicam melhores salários, mas nunca aqueles que comparecem para tumultuar a greve e tumultuar os que, conscientemente, pedem melhores salários e ainda mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedimos e, graças a Deus, no Paraná, a política não serviu para interferência dentro das greves.

Porque não é necessário que o Parlamento compareça a greves, e sim, defenda ou não, dentro deste Parlamento, que é onde ele tem direito à palavra, que seu povo mandou, por eleições diretas ou livres.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, nobre Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pela terceira vez ocupamos esta tribuna, para levar ao conhecimento desta Casa, um problema que vem de uma maneira muito eficaz, entravando o desenvolvimento da nossa região, o Norte Pioneiro. A encampação, Sr. Presidente, da Companhia Hidrelétrica Parapanema, que é um bem sobejamente esperado por cerca de trinta municípios paranaenses.

Num apelo preliminar, que fizemos ao Excelentíssimo Governador Ney Braga, recebemos um pronto engajamento deste eminente homem público, nesta campanha, determinando imediatas medidas à COPEL, bem como oficiando (Of. 229/79) ao Sr. César Cals, Ministro das Minas e Energia, um apelo para que fosse encampada aquela companhia que, no Norte Pioneiro, tem o nome de Companhia Parapanema.

E, após as primeiras ações do Ministro das Minas e Energia, com alguns levantamentos, tivemos notícias altamente alvissareiras, de que aquela companhia hidrelétrica seria encampada, posteriormente, todo o seu acervo passaria à COPEL, empresa que tanto queremos esteja atuando em nossa região.

No entanto, apesar de nossos pronunciamentos e dos entendimentos mantidos com o governo para a encampação, a Companhia Parapanema com seus desmandos e pouca atuação, vem tomando medidas desconfortantes e até irritantes com a população do Norte Pioneiro.

Ainda na última semana, quando lá comparecíamos, tivemos o desprazer de, durante os três dias em que lá estivemos, ver o fornecimento de energia elétrica interrompido a cada trinta minutos, causando imensuráveis prejuízos à indústria

ao comércio e mesmo a todos aqueles que têm serviços burocráticos que dependem da máquina elétrica para seu desempenho. Na noite de sexta, por exemplo, quase à hora que havia corrido aos postos de gasolina para abastecimento, os postos tiveram que trabalhar até mais tarde, porque não tinham condições de atendimento ao fluxo de veículos que lá existia, porque as suas bombas não podiam funcionar sem energia elétrica, devido às intervenções seguidas, algumas delas por período demorado.

A população do Norte Pioneiro, aguarda, com grande interesse, esta encampação. Motivo pelo qual, encaminhei ontem, um requerimento à Mesa, para que se enviasse esse apelo ao Sr. Cesar Calls, Ministro das Minas e Energia, evidentemente, após ouvido o Plenário, para que se tomem medidas a fim de que se encampe, com a maior urgência possível, a Companhia Hidrelétrica Paranapanema, porque não há mais condições, na Região, que esta companhia continue operando.

E essa região que reencontra o caminho do desenvolvimento, não pode prescindir da energia elétrica para o seu desenvolvimento, para o seu progresso.

Além desses desmandos, essa companhia tem abusado também quanto à cobrança de tarifas e quanto à cobrança dos orçamentos, quando se trata de extensão na rede de energia elétrica.

Sr. Presidente, concluindo, porque o tempo já se esvai, solicito de Vossa Excelência que neste nosso pequeno pronunciamento, seja anexado o requerimento que se encontra sobre a Mesa, se aprovado, seja encaminhado, como justificativa do mesmo e enviado ao Sr. Ministro das Minas e Energia.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador),

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Friedrich, sexto orador inscrito.

O SR. NILTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nosso objetivo é encaminhar um requerimento, juntamente com o Líder da bancada do MDB, Deputado Nilso Sguarezi, referentemente a uma série de solicitações recebidas na data de ontem, e na manhã de hoje.

Trata-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de um requerimento que gostaríamos que tivesse o apoio do Plenário desta Casa. (Lê):

SÚMULA: Requer informações junto à Secretaria de Segurança Pública sobre as prisões verificadas durante o movimento paredista dos operários da construção civil e das finalidades do complexo processo de identificação dos detidos.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que as autoridades antes nominadas, esclareçam pormenorizadamente os números e razões das prisões verificadas durante o movimento paredista dos operários da construção civil, tipificando que infrações penais foram cometidas, bem como as razões de todos os detidos serem submetidos a complexo processo de identificação pessoal (desde assinatura, fotografia, impressão digital, etc), como se fossem os atingidos, pessoas de péssimos antecedentes, criminosos ou suspeitos de portarem periculosidade.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

Apoio: Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

Durante a fase pacífica, ordeira e normal da paralisação, foram registradas prisões de todas as espécies, inclusive de pessoas que estavam arrecadando alimentos ou contribuições às famílias dos operários, de pessoas que tão somente conversavam com os trabalhadores, nem se falando dos quase duzentos "peões" detidos e fichados.

E, uma vez recolhidos aos setores policiais ou divisões respectivas, os mesmos passaram por processo de identificação completo, numa evidência de que todos estão ou estarão respondendo processo por atos ilegais, ressaltando-se que tais detenções, na grande maioria, foram antes do movimento ser declarado ilegal.

Por outro lado, ainda ontem, uma pessoa foi detida, das 8:30 da manhã às 13:00 horas, pelo simples fato de estar dialogando durante poucos segundos com dois garis, nas proximidades da Praça Tiradentes. A senhorita em questão, foi detida, identificada, depôs, ficando por horas à disposição da Polícia, sem qualquer justificativa, pois o agente que assim agiu não tipificou ao menos o crime que teria cometido.

As prisões verificadas estão aguardando das autoridades competentes, inclusive do Governador do Estado uma explicação, sob pena de ficar sentenciado profunda respeito aos direitos humanos, aos preceitos constitucionais de inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à livre manifestação de pensamento, de reunião, de associação, de só haver prisão em flagrante delito ou por ordem de autoridade competente. Além de outros dispositivos que a consciência universal e o bom senso inseriram no dia a dia de todos nós. Afinal, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi subscrita pelo Brasil e quem firma um documento deve respeitá-lo e adimpli-lo.

Além do mais, ainda hoje ficamos sabendo de "peões" que estão sendo identificados junto às próprias obras, com objetivo de fichá-los, numa identificação que estranhemos sobremaneira.

As autoridades devem uma explicação à população paranaense. Sob pena de responderem por arbitrariedade, abuso de autoridade e violadoras dos postulados constitucionais e democráticos.

É claro que a DEMOCRACIA não é feita com palavras ou promessas, mas com ATOS.

E à Polícia, que respeitamos quando age corretamente, sem abusos, não cabe investir contra quem quer que seja, como se estivesse acima do bem e do mal, ou sob o manto de que a Lei está a seu lado, por isso investe, às vezes violentamente, sem punidade.

Recebendo os policiais ou agentes, salários pagos dos

impostos que todos nós pagamos, é hora de sabermos claramente sua atuação, e no caso objetivo de tais prisões e toda a identificação imposta, bem como a tipificação dos crimes que cometeram ou ameaçaram cometer.

Contamos com todos os Deputados para apoiarem esta proposição, esperando que as autoridades inicialmente nominadas, com a máxima urgência, promovam as explicações pretendidas".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Através da imprensa, não só eu mas quase todo o Paraná tomou conhecimento do lamentável episódio ocorrido na tarde de ontem, na sede do Poder Legislativo do Paraná. E eu, Sr. Presidente, seria o último a vir, nesta Casa, condenar o episódio que aqui sucedeu, porque em muitas oportunidades das quais agora me penitencio, eu também, devido ao calor dos debates, a emoção que a alma humana às vezes não pode controlar, eu também já me excedi nesta Casa, ofendendo companheiros valorosos como este grande Deputado Waldyr Pugliesi, e tantos outros que nesta Casa têm uma única missão que é desempenhar o seu mandato.

Porém, daí, Sr. Presidente, a aceitar o que a imprensa disse deste grande Deputado que é o nobre Deputado Gabriel Manoel, que por doze anos representa aqui uma região sofredora

que é o Norte Pioneiro do Estado, uma região sempre esquecida, mas que graças aos esforços deste Deputado, mais Aguiinaldo Pereira Lima, mais Benedito Lúcio Mchado, mais Palácios e tantos outros, inclusive o nobre Deputado Francisco Escorsin, e se me falha a memória, que me perdoem, mas tantos e tantos Deputados lutaram por aquela esquecida região do Paraná que hoje é assistida pelos poderes públicos.

Mas o que existia no Norte do Paraná, se devia ao inesquecível Governador Moysés Lupion, nunca ninguém tinha feito mais nada pelo Norte Pioneiro. Mas graças aos esforços destes eminentes Deputados representantes daquela região, ela foi inserida no mapa do Estado do Paraná e hoje, realmente, ela já começou a receber os benefícios que muito fazia jus.

A imprensa dizer que o nobre Deputado Gabriel Manoel dissertava embriagado na tarde de ontem, é uma heresia. Perdoe-me a imprensa do Paraná, perdoem-me os jovens repórteres que aqui labutam, os quais respeito dada a contribuição que dão ao Poder Legislativo do Paraná. Se não for a imprensa, este Poder seria comparado a uma rua de mão única, não encontraria ressonância para o trabalho dos Srs. Deputados nesta Casa.

Mas esta vez, errou a imprensa. Nós conhecemos o temperamento ardente do beduíno Gabriel Manoel. Sabemos que por trás deste temperamento se esconde um grande coração, e se esconde também a alma altaneira de um Deputado que muito quer pelo seu povo. Não aceitamos, absolutamente, a qualificação que a imprensa deu ontem ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

Disse no começo do meu pronunciamento, que muitas e muitas vezes nos excedemos também, nesta tribuna. Ainda hoje, nos umbrais deste Poder Legislativo, me desentendi com o nobre Deputado Werner Wanderer com relação à sua emenda constitucional, que eu, como Deputado, não como Líder do Governo, acho meu dever combater. Antes disto, havia feito ciência ao nobre Deputado. Desentendi-me com um Deputado valoroso, representante de uma das mais extraordinárias regiões deste Estado, que tanto tem contribuído para o desenvolvimento do Paraná.

Porém, o que mais me surpreendeu na tarde de ontem, foi, Sr. Presidente, este aparte: o nobre Deputado Del Ciel solicita ao nobre Deputado Renato Bernardi um aparte. E disse o nobre Deputado Renato Bernardi: — gastarei, com todo o prazer, meu tempo no aparte ao Deputado Del Ciel. E o Deputado Del Ciel disse o seguinte: — Fico muito honrado, eminente Deputado, mas parece mesmo, eminente Deputado, que o Paraná ganha um Idi Amim Dada, porque à porta de sua Secretaria está lá um adágio que não pode ser negado ao povo paranaense e brasileiro, "A Saúde do Povo é a Suprema Lei". Mas desde que esta Secretaria assumiu Oscar Alves, ele está a implantar, no Estado do Paraná, efetivamente, a mesma ditadura, o mesmo sistema ditatorial de Idi Amim.

Nós, nesta Casa, antes disto quero dizer que realmente me surpreenderam as afirmativas do nobre Deputado Del Ciel; porque se este Poder tem um patrimônio intelectual, moral, é o Deputado Del Ciel. É um dos valores jovens da política paranaense, representante de sua juventude estudiosa, homem íntegro, autêntico no seu posicionamento, educado. Por isso me surpreenderam as palavras ditas neste Plenário, ontem, pelo nobre Deputado. Ele negou quase tudo o que dele eu pensava. Eu disse quase tudo, porque acho que foi no calor dos debates.

Tenho acompanhado desde 1974, a trajetória deste moço nesta Casa, e sei o que ele representa em termos de futuro político para o Paraná, não deve se perder com um aparte desta natureza.

Nós, da ARENA, nunca solicitamos da Oposição, que haja a concordância aos pontos de vista dos nossos Deputados, mas tampouco aceitamos que se arvorem, alguns dos Srs. Depu-

tados, em juízes, em árbitros do que é direito, do que é certo.

Há que haver espaço neste Poder para todos atuarem.

Não podemos mais continuar recebendo as ofensas que recebemos de alguns, felizmente, de alguns dos Srs. Deputados da Oposição, que efetivamente não tinham condições de vir para esta Casa.

Ainda hoje, nós vimos um Deputado subir à tribuna, um Deputado que representa o povo do Paraná, que se elegeu sob o atual regime, que aceitou as condições do atual regime, que aproveitou as condições que lhe ofereciam o seu partido, de representação popular, que é o MDB, o glorioso MDB, vem a esta Casa dizer: "O João Figueiredo . . ." Mas isto é maneira de um Deputado se portar numa tribuna? Se o Sr. João Figueiredo foi escolhido por um sistema revolucionário, ele é o Presidente da República, com seus erros, com seus acertos, temos que respeitá-lo e essa é a grande realidade, e é a isso que se dispõe, daqui para a frente, a bancada da ARENA, a refutar com o devido respeito, acusações injustas que se fazem ao Governo, como venho na tarde de hoje, refutar este grande Deputado que é Renato Bernardi, que tenho admiração extraordinária por este moço, mas ele não tinha razão.

Ora, o cargo de Chefe de Distrito Sanitário, é cargo eminentemente de confiança do Secretário de Saúde Pública, que visitou aquele distrito, por duas, três, quatro vezes, e o cidadão estava pescando no Mato Grosso. A argumentação que se expendeu nesta Casa, de que sexta-feira, 16 de novembro, era um dia em que todos faltavam ao serviço, não nos convence. O feriado foi dia 15 de novembro, e 16, dia útil para operários que a bancada do MDB tanto defende, os operários tiveram que trabalhar, mas o médico chefe do Distrito Sanitário de Maringá foi pescar. Se o Secretário da Saúde, no exato cumprimento dos seus deveres, e de suas obrigações, não demitisse esse médico, diria a Oposição que o posto estava abandonado, por apadrinhamento político do Sr. Secretário ao Chefe do Distrito Sanitário.

Então é isto que a Oposição precisa compreender. Duas fases distintas da vida pública brasileira. Os que estão na Oposição, criticando os erros do Governo, os erros, veja-se bem, mas reconhecendo quando o Governo acerta. Não se pode, de maneira nenhuma, comparar um Secretário que é culto, que é professor universitário, que tantas e tantas vezes deu demonstração de seu civismo, em memoráveis batalhas que alguns destes jovens Deputados do MDB não chegaram a pugar, em convenções partidárias, nós vimos o ardor deste jovem que é Oscar Alves.

A sua cultura, a sua inteligência, a sua honestidade de propósitos. Como é que pode a Oposição e logo um Deputado, como o Deputado Del Ciel, compará-lo ao sangüinário, antropófago, como Idi Amim Dada? Não pode. Não podemos aceitar isso.

O Sr. Del Ciel — Vossa Excelência me concede um aparte? O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já concederei. É o apelo que nós fazemos à Oposição, de hoje para frente, que poupem os homens do Governo, de adjetivos pejorativos, porque do contrário nós teremos que responder na mesma moeda e o tumulto será instalado nesta Casa, porque não existe ninguém mais homem do que ninguém.

É bom que se saiba disso. Ninguém nasceu com três . . . ainda. Quando alguém nasce com três, eu me curvo.

Então, é preciso que haja mais respeito. Eu já me penitenciei dos erros que aqui cometi, mas é preciso que haja respeito aos homens desta Casa. É necessário que um moço não suba numa bancada e não dê uma bofetada à traição, num chefe de família, e depois fuja. Deu a bofetada, fique para agüentar o troco.

Eu concederei o aparte, em primeiro lugar, ao nobre Deputado Del Ciel.

O Sr. Del Ciel — Eminente Deputado, Líder do Governo e da

Aliança Renovadora Nacional, nesta Casa, se este é o momento de proceder reparos, cabe a nós, também, reconhecermos uma parcela de responsabilidade no episódio ocorrido ontem, quando...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Esta é a grandeza do caráter de Vossa Excelência, tantas vezes demonstrado nesta Casa.

O Sr. Del Ciel — ... quando aceitamos a provocação. Agora, no que se trata ao aparte oferecido ao Deputado Renato Bernardi, nós fomos impedidos de concluí-lo. E de até mesmo concluir as pinceladas, quando utilizamos uma figura de retórica, relacionada à atuação de Idi Amim Dadá e do Sr. Secretário da Saúde, do Estado do Paraná, Oscar Alves.

Conhecemos, possivelmente tão bem, senão mais do que Vossa Excelência, o Dr. Oscar Alves, que em 1968 foi nosso companheiro de palanque, em Londrina, apoiando a nossa candidatura, a candidatura de João Olivir Gabardo, pelo MDB, e promovendo naquela época então, sérias agressões ao seu sogro, hoje Governador do Estado do Paraná, Ney Braga. O SR. ERONDY SILVÉRIO — Isto é outro episódio.

O Sr. Del Ciel — Então, convivemos. Permito-me, nobre Deputado, que o objetivo nosso não é tumultuar em absoluto, e provocar ânimos, nesta oportunidade. E disse muito bem. Entendo que o episódio de ontem não ficou bem para este Poder, não; não ficou bem para nenhum de nós que dele tenha participado. Vossa Excelência, com muito zelo, não acusando a imprensa, mas tão somente buscando retificar algumas colocações, tecendo assim uma informação do lamentável episódio ocorrido ontem; tão somente nós teríamos a afirmar que possivelmente a imprensa tenha narrado aquilo que lhe foi dado presenciar. E registrar que nós respeitamos e aceitamos a matéria que na parte que nos toca, porque efetivamente falhamos na tarde de ontem, quando perdemos também o controle emocional.

Agora, com relação ao Sr. Oscar Alves, fazemos algumas restrições e sérias restrições, e os eminentes Deputados da ARENA que pensam de forma diferente, têm como Vossa Excelência está a proceder, a tribuna e a palavra, para promover a defesa do nosso ex-companheiro de 1968, em Londrina, em memorável campanha, quando Dalton Paranaguá, se sagrou vitorioso para a Prefeitura Municipal e hoje Secretário da Saúde e do Bem Estar Social.

Possivelmente o Sr. Secretário da Saúde tenha objetivos que nós desconhecemos, mas tem contrariado a nós, porque nós temos sentido, entre o povo do Norte do Paraná, e muito especialmente de Londrina, como já disse desta tribuna. Decisões como a que determinou o Sr. Secretário do fechamento do Hospital Sanatório de Tuberculose, em Londrina. Greves na Fundação Universidade Estadual de Londrina. Nós até entendemos que estes pronunciamentos devem provocar, isto sim, não uma reação de bancada contra bancada, de homem contra homem, porque todos nós aqui somos iguais, efetivamente iguais, e acredito que se nos reunimos em tantos homens aqui, é bom que todos se respeitem mutuamente, mas, para provocar no Sr. Governador do Estado do Paraná, Sua Excelência o Sr. Ney Braga, até mesmo uma reunião com a sua bancada - no caso, não poderíamos pretender que se reunisse com a bancada da Oposição - e efetivamente com o seu Secretariado, para ver o que está acontecendo.

Já disse aqui até que o tratamento que Sua Excelência o Sr. Ney Braga tem dado no interior do Estado, é um que difere bastante de alguns poucos Secretários da Administração Estadual.

Então, efetivamente, quando nós promovemos aqui denúncias e críticas, estamos fazendo muito bem intencionados, e procurando trazer a verdade que nós enxergamos. É possível que a verdade, por inteiro, a verdade verdadeira esteja com o Sr. Secretário Oscar Alves, ou com Vossa Exce-

lência, Líder do Governo nesta Casa, mas aí, então, temos utilizado o nosso bisturi, o bisturi do Parlamentar que é a palavra, desde que todos nós respeitemos uns aos outros.

Era tão somente para fazer este registro, reconhecer a nossa parcela de falha, de erro e, possivelmente, até de inconseqüência na tarde de ontem, e para cumprimentar Vossa Excelência que oportunamente vem à tribuna desta Casa, e o posicionamento do Sr. Presidente deste Poder. Entendo até que a Comissão Executiva deva passar a agir com maior rigor, porque tão somente no Presidente deste Poder nós podemos esperar que os trabalhos continuem sendo bem dirigidos, bem norteados, como até a data de ontem, na expectativa de que este Poder Legislativo, efetivamente, venha ocupar o lugar de destaque que merece com a sua conceituação junto ao povo do Paraná e do Brasil.

Por enquanto, era para esse registro, eminente Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte moderado, inteligente, sereno e equilibrado de Vossa Excelência.

Mostra a todos os que estão assistindo esta sessão do Poder Legislativo, que os conceitos que fiz a respeito da atuação parlamentar de Vossa Excelência, não foram bajulatórios; foram exatamente a expressão da verdade e do valor que realmente Vossa Excelência tem na atuação deste Poder Legislativo.

Concedo aparte ao nobre Deputado João Mansur.

O Sr. João Mansur — Nobre Deputado Erondy Silvério, cumprimento nesta tarde a Vossa Excelência, quando vem de encontro àquilo que nós temos pregado neste Poder Legislativo.

Apelo aos Srs. Deputados e eu quero também aproveitar a presença de Vossa Excelência, desta tribuna, para fazer um apelo aos eminentes Deputados, nossos companheiros, Deputado Gabriel Manoel e Deputado Scarpelini, que ontem, segundo soube - porque não me encontrava nesta Capital - se desentenderam aqui neste Poder Legislativo.

Quero fazer um apelo como um dos Deputados mais velhos desta Casa, para um reencontro novamente destes Deputados, e para que esta Assembléia inicie uma nova era, a era do entendimento, a era do respeito mútuo, porque Deputado Erondy Silvério, a cada dia que passa o Poder Legislativo vem perdendo substância perante a opinião pública. E se este Poder não se conscientizar de sua grande responsabilidade, nós acabaremos na rua da amargura perante a opinião pública do Paraná e do Brasil.

Era o apelo que eu queria fazer, e que Vossa Excelência já vem transmitindo, com tanto brilhantismo desta tribuna, e queria, com permissão de Vossa Excelência, transmitir ao eminente Deputado Fiori Luiz que disse e afirmou que, durante a visita do Presidente da República do Brasil, o povo não estava presente às ruas, eu queria contestá-lo, para que o povo estivesse presente através de todos os Deputados da ARENA que representam o povo do Paraná; e especialmente o Município do eminente Deputado Fiori Luiz, foi o que estava mais bem representado hoje lá no Palácio Iguaçu, porque, além dos eminentes Deputados que representam a grande Londrina, estava o Prefeito Municipal daquela cidade, o nosso amigo e ex-Deputado Antônio Belinatti.

Eu, nobre Deputado Erondy Silvério, talvez Vossa Excelência não tivesse notado, mas em uma hora e pouco em que Sua Excelência o Presidente da República permaneceu no Palácio Iguaçu, mais de quarenta minutos foram dispensados ao nobre Prefeito de Londrina, Antônio Belinatti, razão porque Londrina esteve presente também hoje, através do seu Prefeito que representa o povo daquele município; Guarapuava, através de seu Prefeito, também do MDB, lá estava conversando com Sua Excelência o Sr. Presidente da República.

Portanto, o povo do Paraná, se não esteve presente,

esteve através de seus legítimos representantes que são os Deputados, que são os Prefeitos Municipais.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Só gostaria de responder ao nobre Deputado João Mansur, em seguida, concederei aparte a Vossa Excelência.

Realmente, o aparte do nobre Deputado João Mansur, pelo que ele representa na vida política do Paraná, desde que até o cargo de Governador ele exerceu, o apelo que faz é um desarmamento de espíritos, a uma melhor compreensão dos Srs. Parlamentares, das suas atribuições, dos seus deveres para com o povo do Paraná, realmente, nos dá um ânimo de conforto. Porque, é a voz da experiência que vem, num aparte que muito nos honra, que muito nos orgulha, dar a sua opinião que é valiosa, nesse instante de transição do Poder Legislativo.

Digo instante de transição, porque existe uma reforma partidária que, embora não sendo a reforma dos nossos sonhos, está aí, imutável. E nós temos que nos enquadrar dentro do que dispõe a lei.

É preciso que, efetivamente, haja um desarmamento de espíritos, para que essas populações do interior, que têm sofrido os erros e os desacertos da política econômica do Governo, mas que, confiantes, cheias de esperança no futuro do Paraná, eles que são o sustentáculo da nossa economia e da nossa agricultura porque, falar em progresso, no Paraná, é falar em agricultura, vêm, hoje, aqui, pleitear a criação de municípios, a fim de que o desdobramento de distritos e municípios, possa, efetivamente, promover um aceleração maior ao progresso do Paraná.

Então, esses ilustres conterrâneos que aqui estão, acompanhados do eminente Deputado Roberto Galvani, que tanto honrou este Poder Legislativo, vão levar desta Casa a melhor das impressões. Porque, estão vendo que, se erramos, estamos reconhecendo os nossos erros e fazendo um apelo à paz, à concórdia e ao entendimento, para que possamos, dentro desse clima de harmonia, nos desincumbir da missão que nos foi atribuída por aqueles homens do interior, que nos deram o seu voto, sem discutir o que viríamos fazer aqui. Mas, na esperança de que o que fizéssemos aqui, fosse para o bem do Paraná.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Scarpelini.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Nobre Líder do Governo nesta Casa, nobres Deputados, este aparte que fazemos hoje, uma situação lamentável, profundamente lamentável, da qual este Deputado se penitencia profundamente, ocorreu, ontem, na Assembléia Legislativa do Paraná.

A presença e os trabalhos do ilustre Presidente deste Poder, eleito por 56 votos, para presidir e comandar a Assembléia Legislativa do Paraná, realmente, tem trazido à Casa, uma segurança e o direito para que todos os Parlamentares que aqui ocupam o cargo legitimamente, pudessem discutir os mais sérios e profundos problemas de nosso Estado.

Sr. Líder, houve realmente uma agressão que entendemos até indevida, da nossa parte, mas, houve, e eu quero me penitenciar disto também, uma coação moral exercida por parte daquele que nós agredimos, mas que ...

O Sr. Gabriel Manoel — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicitaria ao Sr. Presidente, que pedisse ao orador que não tocasse no meu nome.

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos)

O Sr. José Domingos Scarpelini — Para concluir o aparte, Sr. Deputado, nos penitenciamos profundamente do fato, e trazemos a esta Casa as nossas escusas, porque agredimos um homem que exerce com legitimidade o mandato nesta Assembléia por várias Legislaturas, e entendo que possamos

discordar nas idéias e nas palavras, e, só nisso pode haver a discordância do tribuno e do parlamentar e, por assim entender, é que peço, publicamente, as escusas ao nobre representante do Norte do Paraná, o Deputado Gabriel Manoel. Entendemos que assim fazendo, estamos colocando a nossa mão a toda a Assembléia e ao Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, após agradecer aos nobres Deputados da Oposição por compreenderem a nossa vinda à tribuna hoje, especialmente o Deputado José Domingos Scarpelini, é finalmente com Vossa Excelência que eu desejo me congratular, é finalmente a Vossa Excelência que desejo enviar os meus cumprimentos pela maneira serena e equilibrada com que vem conduzindo os trabalhos desta Casa, fazendo justiça à eleição unânime pela qual Vossa Excelência foi escolhido para a Presidência dos trabalhos desta Casa. E é na nossa firmeza, é no pulso forte de Vossa Excelência, não querendo me tornar repetitivo - que confiamos, daqui para a frente, para podermos cumprir com a nossa missão, porque nós sabemos que se avizinham dias difíceis para o Poder Legislativo, mas esses dias difíceis serão superados pelo espírito público de cada um dos Srs. Deputados, e pela atuação serena de Vossa Excelência.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço a gentileza de Vossa Excelência nobre Deputado, efetivamente eu não pretendia apartear-lo, mas Vossa Excelência, no último tópico do seu pronunciamento, abordou o que entendo ser a causa geradora dos fatos lamentáveis aqui ocorridos. Já se disse que o Poder Legislativo, de que o Parlamento é a caixa sonora de repercussão dos anseios da sociedade, e a turbulência que envolve a sociedade brasileira, ela tem como causa imediata e direta, o reflexo, dentro do Parlamento, principalmente, eminente Deputado, quando esse Parlamento está manietado, está atado, está convulsionado. Não é à toa que os ânimos aqui dentro se exasperam por pouca coisa; porque lá fora na sociedade, a grande verdade é a angústia, as dificuldades geradas pelo clima econômico que o Brasil atravessa, pela situação de interrogação para onde caminha a nossa Pátria. E Vossa Excelência bem disse:— dias difíceis virão ao Poder Legislativo.

É um reflexo imediato e direto do que acontece na nossa sociedade. Eu me congratulo com Vossa Excelência pela colocação feita aqui com referência aos Deputados do MDB. Discordo apenas quando Vossa Excelência, talvez não seja o propósito, mas pelas palavras com que Vossa Excelência colocou, com referência à nossa imprensa.

Efetivamente, cabe à imprensa retratar o que acontece. E se a imprensa retratou fatos lamentáveis que ocorreram aqui, não cabe restrição nenhuma à mesma, porque ela apenas cumpre, o seu papel de retratar este Poder. Associe-me também com Vossa Excelência o louvor à Presidência da Casa, pelo pulso firme, imparcial de democrático, como se tem notado e se tem sentido. Não fosse o equilíbrio e a autoridade com que o Sr. Presidente tem dirigido os trabalhos, talvez não estivéssemos aqui hoje não só a prestar-lhe esta justa homenagem, mas a ter confiança de que concluiremos com ordem os nossos trabalhos, porque temos o Presidente acertado, o Presidente escolhido para a hora exata.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência e apenas para terminar, Sr. Presidente...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já concederei o aparte a Vossa Excelência, apenas para que não se perca a oportunidade, é um verdadeiro modismo hoje, entre os homens públicos, principalmente aos políticos, defenderem intransigentemente

a imprensa. Agora, eu sempre procurei ser autêntico em minha vida pública. Absolutamente, se consultarem as notas taquigráficas da Casa verão que eu não ataquei a imprensa. Apenas verberei o comportamento de alguns profissionais que não procederam exame sangüíneo no nobre Deputado Gabriel Manoel para afirmar na imprensa que ele estava embriagado. Foi lamentável o comportamento desses profissionais. E isto, repito mais uma vez, verdadeiramente lamentável; porque "não se pode atirar pedra na casa do vizinho", não se pode dizer "este homem é culpado" sem uma prova evidente, conclusiva. E ao que me consta, não foi extraído sangue das veias do nobre Deputado Gabriel Manoel para se comprovar que ele estivesse embriagado. Foi este o reparo que fiz à imprensa que ratifico neste instante, continua a verberar aquele profissional ou aqueles profissionais...

O Sr. Gabriel Manoel — Permite-me um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — ... que fizeram uma acertiva leviana e totalmente infundada. Antes do aparte a Vossa Excelência concedo-o ao nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Nobre Deputado Erondy Silvério, creio que Vossa Excelência presta hoje um serviço ao Parlamento, quando, moderadamente, faz uma análise, com muita acuidade, dos problemas ontem aqui ocorridos. Tenho até isenção pessoal para dar este testemunho nesta tarde, até pelos episódios que lamentavelmente, no passado, nós dois, Deputados, estivemos de lados opostos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu é que lamento.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Mas creio que é de toda a justiça que os Deputados desta Casa testemunham, a Vossa Excelência, o seu trabalho em favor do apaziguamento dos ânimos na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, de tantas e tão caras tradições para a vida política e administrativa do Paraná.

E eu me recordo, eminente Deputado, Líder do Governo e da ARENA na Casa, de uma frase do imortal Rui Barbosa, quando define o Parlamento. Ele diz que o Parlamento é o convívio dos contrários. Que no Parlamento há necessidade do entrechoques das opiniões, que as paixões nos Parlamentares devem ocorrer num clima de cordialidade, cada um defendendo aguerridamente o seu ponto de vista, mas dizendo aquilo que deve dizer, aquilo que pensa que é verdade, com respeito à opinião do seu semelhante.

Voltaire também dizia, eminente Deputado, que podia não concordar com a frase que lhe estava sendo dita, mas defenderia, até à morte, o direito do seu adversário de dizê-la. Creio que todos nós, Deputados Estaduais, devemos pensar assim. Registramos, nesta época conturbada, da antevisão de um novo Brasil, numa época conturbada de crise mundial, que estamos vivendo realmente uma crise que não é só paranaense, que não é curitibana, que não é só nacional, mas que é internacional; e se há um caminho para que nós brasileiros - dos dois Partidos - possamos sair dessa crise, sem questiúnculas pessoais ou aderências emocionais, sem facciosismos passionais, ou sem adesões partidárias, esse caminho é a Democracia e a Democracia é o entrechoque livre, leal, ativo e correto das opiniões contrárias. Por isto, eminente Deputado, Líder do Governo, meus parabéns a Vossa Excelência, meus parabéns à compreensão dos eminentes Deputados, por este clima da Assembléia, meus cumprimentos ao eminente Presidente e aos Membros da Comissão Executiva, na certeza de que nós estamos nesta tarde, imbuídos não apenas de um espírito pacificador, mas sobretudo de um espírito construtivo.

Não há desejo nenhum de nos jogarmos uns contra os outros em função de problemas pessoais. O que deve haver é que nós possamos discutir, para, da discussão, nascer o caminho da Democracia brasileira, para a solução dos problemas nacionais e nós também, Vossa Excelência que labuta na imprensa

e a Bancada da ARENA também, respeita muito a opinião dos jornalistas que fazem a cobertura nesta Casa; respeita tanto que tem o direito de dela discordar. Recordo-me de uma frase de um ex-Presidente norte americano, Thomas Jefferson, que uma ocasião foi perguntado, se entre ficar com um governo sem jornais, ou com os jornais sem o governo, qual seria a melhor opção? Ele disse que preferiria ficar com os jornais sem o governo, porque realmente, os jornais e a imprensa são o pulmão da Democracia em qualquer parte do mundo, mas o fato de nós respeitarmos a imprensa, nos dá o direito, inclusive dela discordarmos.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa comunica...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Terminarei em um minuto, Sr. Presidente.

O Sr. Gabriel Manoel — Um minutozinho Deputado, para um aparte.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço escusas ao eminente Deputado; mas gostaria apenas de terminar o pensamento e quando o Deputado Luiz Alberto de Oliveira disse que esta Casa, de tão caras tradições, eu estive me lembrando, durante o aparte de Vossa Excelência, que nesses mesmos lugares sentaram um dia, Laertes Munhoz, Oscar Lopes Munhoz, Hélio Setti, Ribeiro Júnior, Anibal Khury, Vidal Vanhoni, Cândido de Oliveira, progenitor do nobre Deputado. E tantos Deputados que honraram as tradições de civismo do povo do Paraná. Por isso, nós temos uma responsabilidade muito grande, que é continuar essas tradições, sem diminuí-las, pelo contrário, elevá-las perante o conceito da opinião pública. E bem a propósito deixei por último, uma das figuras que na minha opinião foi das mais ilustres que ocuparam este Poder Legislativo, que sentaram nessas mesmas poltronas, além de um Alencar Furtado, além de um Humberto Emílio Carazzai, além de um João Ribeiro, a mais ilustre figura que sentou nesta Casa, na minha opinião, foi o pranteado Senador Accioly Filho, (palmas) a quem sugiro ao Sr. Presidente que convoque antes do término do encerramento do atual período, uma Sessão Extraordinária, para que esta Casa preste homenagem a um homem que nunca se dobrou aos poderosos; um homem que sempre foi autêntico, um homem que morreu amargurado pelas injustiças que sofreu. Mas que honrou efetivamente as tradições de civismo do povo do Paraná, o Ex-Senador Accioly Filho.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança da ARENA se deseja fazer uso do seu horário. (Pausa)

Tendo declinado, consulta a liderança do Movimento Democrático Brasileiro. (Pausa).

Concedo a palavra, no horário reservado à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente gostaríamos de fazer nossas, as palavras do eminente Líder da ARENA, quando se referiu ao Ilustre Senador Accioly Filho. E comunicar à Casa que ainda na noite de ontem, o Senado prestou homenagem àquele eminente paranaense, e a homenagem foi até ao ponto de os Srs. Senadores, por unanimidade, decidirem que a Sala de Reuniões da Imprensa, no Senado Federal, passasse a ter o nome de Senador Accioly Filho.

Numa justa homenagem àquele paranaense, tão desligado de problemas pessoais; mas ativo e tão importante num determinado momento da vida nacional. E na homenagem que ontem lhe prestaram, acredito que toda a Assembléia possa se associar. E que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

para homenagear aquele grande paranaense, também procure dar a uma de suas dependências, o nome daquele grande parlamentar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Sr. Líder do Governo quase ao final do seu discurso e aparteado pelo Líder do MDB, talvez tenha tocado e de leve tocou na verdadeira causa das tensões ontem reinantes nesta Casa. Na verdade, todos nós estamos vivendo sob tensões, por problemas os mais diversos. A conjuntura nacional, traz para dentro das Casas Legislativas, indiscutivelmente, tensões que lá fora são externadas através dos protestos das nossas próprias esposas, através dos protestos dos professores, que aqui no Paraná, pioneiramente se levantaram em greve; através dos protestos dos pedreiros, através dos protestos, enfim, de quase todas as classes sociais.

Os advogados se levantaram anteontem; os agrônomos, ontem; as classes menos favorecidas, agora.

Mas, Srs. Deputados, muito se falou e não entrarei no mérito, da visita do Sr. Presidente, a Curitiba, nem das razões que levaram as crianças a estarem presentes. Parece-me que desde o início dos tempos, a criança sempre foi vítima, quer por um regime, quer por outro; e talvez se nós estivéssemos no Poder, usássemos das mesmas armas; foi vítima dos poderosos.

Mas, Srs. Deputados, nós queremos trazer à consideração de todos, independente de partido, de um fato gravíssimo que ocorreu hoje e que está a chamar a atenção não somente do político brasileiro, mas que quero e que se isso for possível, pelos proprietários da imprensa, que os jornalistas possam publicar e que a televisão possa se manifestar, com testemunhas vivas e nomes tomados devidamente eu assisti uma cena que deve merecer todo homem de bem deste País, uma profunda meditação.

Hoje, quando se traziam crianças para o local de recepção do Sr. Presidente da República, ao lado da Assembléia encontrava-me, então, no dentista - e faço questão de dizer onde me encontrava, sentado na cadeira, e as pessoas que me rodeavam quando ouvi o seguinte coro: "Figueiredo, Ditador". E ouvia baterem latas ou alguma coisa. Pedi licença e sai juntamente com o Dr. Darci, dentista desta Assembléia, e qual não foi a minha surpresa ao deparar com um ônibus que estava vindo para a solenidade, com as crianças em coro, gritando, "Figueiredo, Ditador".

Não estamos entrando no mérito, se o Sr. Figueiredo é ditador ou não, mas o fato em si: como, dentro de um ônibus lotado de crianças que estavam vindo para uma recepção, naturalmente com um professor presente, e nenhum Deputado, nem agitador, provavelmente, essas crianças estavam trazendo o seu protesto? Elas que vinham, para depois aparecerem acenando bandeirinhas.

Este é o momento brasileiro que nós vivemos, Srs. Deputados. E que só vejo duas formas de mudar as coisas: uma, a via parlamentar que nós estamos tentando; e, a outra, a via armada, que também a história nos ensina que muda as coisas. A segunda não podendo pregar, por não ter coragem sequer de pegar numa arma. Espero que a via parlamentar possa ser a seguida. Que a vida democrática possa ser a seguida. Mas, francamente, ao ouvir estas crianças, hoje, que gritavam, repito, devem ter sido escolhidas em colégio, naturalmente com professores fiéis ao Governo, estas crianças me chamaram a atenção, porque elas estão transmitindo a tensão que trazem de suas casas. E, quando assim se manifestavam, Srs. Deputados, parece-me que nós, políticos deste País, realmente estamos fadados ao fracasso.

Srs. Deputados, na verdade, - e me permitam alguns dados simples, e como está em moda agora, "as soluções são simples" mas, vejam Srs. Deputados, como é possível que não haja tensão na casa dessa criança que hoje gritava "Figueiredo, Ditador", e o seu pai ou sua mãe, ao ligar o televisor, um dia vê o General Oziel de Almeida dizer que "não haverá racio-

mento de combustível", e que não há mais dinheiro para o petróleo; no outro dia vê o Sr. Presidente da República, pura e simplesmente decretar aquilo que é sabido de toda a Nação: o divórcio entre a Nação e o Estado, porque quando ele diz que a ele - como disse ontem na televisão - que a ele, o importante é o País e não o povo.

O que ele estava, na verdade, era reafirmando o que os políticos estão dizendo há muito tempo, que em nossa Pátria a Nação está dividida do Estado. E ele que representa o Estado, mas não representa a Nação, está, na verdade, trazendo a tensão para os pais daquelas crianças que hoje gritavam: "Figueiredo, Ditador". São crianças, tenham a certeza os Senhores, que não vêm das favelas, são crianças de um grupo que tomei o nome, e para não comprometer os seus professores, não darei, mas são crianças de um grupo do centro da cidade, e, portanto, filhos de pequenos burgueses.

O Sr. Gilberto Carvalho - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, estou acompanhando o pronunciamento de Vossa Excelência. É claro que não vamos duvidar, em hipótese nenhuma, do que Vossa Excelência afirma, neste instante, instante de manifestação de crianças em um ônibus.

Mas, tive oportunidade, nobre Deputado, de presenciar a chegada do Senhor Presidente da República e as crianças presentes começaram a se movimentar para cumprimentar o Presidente.

Num ônibus, qualquer manifestação de uma criança que, talvez, já tenha sua formação de oposição, foi acompanhada pelas demais. Mas, não é a regra, porque todos os que tiveram oportunidade de presenciar a chegada do Presidente da República, viram as crianças cumprimentando-o. Deve ter atrasado a programação, quase meia hora, porque, muitas crianças empurravam-se na fila para cumprimentar o Presidente.

Então, não se justifica o fato que Vossa Excelência presenciou aqui, ao lado da Assembléia. É lamentável o que tenha acontecido, mas é a manifestação talvez de um líder que se encontrava no ônibus.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ - Sr. Deputado, prefiro ficar com a manifestação espontânea de dentro do ônibus, do que com a manifestação de alguém querendo cumprimentar o Presidente. Porque, todos os brasileiros, em princípio, gostariam de apertar a mão do Presidente.

Mas, Sr. Deputado, preocupa-me o fato de tentarmos cobrir o sol com a peneira. Na verdade, a insatisfação no Brasil é geral. Ou terá algum prefeito, neste País, satisfeito? Ou terá algum vereador satisfeito com a atual situação? Ou haverá algum Governador de Estado satisfeito com a situação que se encontra o País? Ou será que o Presidente está satisfeito com situação reinante em nosso País?

E aí, Srs. Deputados, que pergunto: qual a nossa participação como Deputados estaduais? Realmente válida para solução dos problemas deste País?

Há poucos dias, e não vamos discutir novamente o mérito, desta tribuna, companheiros meus alertavam para o perigo que corria a cidade de Curitiba, quando entravam em greve os marginalizados da sociedade e que fazem parte da construção civil.

Por alguns, somos tachados de agitadores, mas a realidade está aí. Se homenagearam ontem, Accioly Filho, lá no Senado Federal, o jornal "República", de hoje, num artigo em que tem por título uma pergunta: "Abertura apenas para os políticos?" Faz veemente crítica ao Governador do Paraná, por ter usado - e vejam bem, é o jornal "República" que diz: "O cassete contra miseráveis da sociedade."

São jornais de Curitiba; é um jornal de São Paulo que faz essa crítica ao Governador, num artigo que recomendaria

que os Senhores lessem.

Por isso acho que pouco temos feito para solucionar os problemas realmente do povo. Por esse motivo, fico com a manifestação do ônibus. Pode ter sido o filho de um oposicionista. Mas, há de se perguntar: se estivessem as outras crianças satisfeitas, não estariam gritando diferente?

Quanto à manifestação próxima ao Presidente, ela é bem diferente. A manifestação mais autêntica, para mim, foi a do ônibus.

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Quero me congratular com Vossa Excelência por ter tido a coragem de relatar, dessa tribuna, o fato hoje ocorrido, nesta Capital.

Só lamento, nobre Deputado, o que ocorreu, nesta Casa, ontem.

Todavia, acredito que os homens pensantes erram, às vezes. Mas, é lamentável que tenhamos, nesta Pátria, um Presidente da República que diz à população carente deste País, à sua grande maioria, operários de salário mínimo, que: "se ganhasse salário-mínimo daria um tiro no coco" — expressão dele.

É lamentável, nobre Deputado, que tenhamos um Presidente que erra, às vezes também.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Obrigado.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa registra com muita satisfação a presença, em nosso plenário, do Sr. Deputado Estadual Pedro Ferreira da Silva, do Rio de Janeiro, oportunidade em que damos ao ilustre Deputado, a nossa saudação e o abraço do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Registramos também, com igual satisfação, a presença em nosso plenário, do Deputado Federal Sr. Hélio Duque.

A Mesa, acatando sugestão justa e muito merecida, do nobre Deputado Erondy Silvério, marca, para o próximo dia 4, o expediente destinado a homenagear o saudoso Senador Accioly Filho e solicita dos Srs. líderes, que designem os oradores para tal evento.

Registramos também, a presença em nosso plenário, com muito prazer, do Sr. Osmar Maia, Prefeito de Adrianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei complementar, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Egoi Pudell, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Nilso Sguarezi, respectivamente Líderes da ARENA e MDB, constante do expediente de sessão anterior, requerem a transferência da sessão plenária, do dia 3 de dezembro, para o período matutino. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 153/79, que

institue o Dia do Poeta, a ser comemorado anualmente no dia 04 de outubro. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 153/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica instituído o Dia do Poeta, a ser comemorado, anualmente no dia 04 de outubro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 163/79, que declara de utilidade pública o "Lar Batista Bíblico de Assis Chateaubriand", com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 163/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o LAR BATISTA DE ASSIS CHATEAUBRIAND, com sede na Cidade de Assis Chateaubriand.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 167/79, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" de Primeiro de Maio, Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 167/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 168/79, que declara de utilidade pública o "Centro de Recreação Tia Izaura", com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio, Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 168/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO DE RECREAÇÃO TIA IZAURA da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Primeiro de Maio, com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL -- do Projeto de Lei n.º 169/79, que declara de utilidade pública a "Nossa Escolinha de Educação da Criança Excepcional - NEECE", com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio, Paraná.-- **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 169/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º -- Fica declarada de utilidade pública a NOSSA ESCOLINHA DE EDUCAÇÃO DA CRIANÇA EXCEPCIONAL - NEECE, com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio.

Art. 2.º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL -- do Projeto de Lei n.º 170/79, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Primeiro de Maio", com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio, Paraná.-- **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 170/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º -- Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PRIMEIRO DE MAIO, com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio.

Art. 2.º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

3a. DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 30/79 - de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que modifica as divisas do Distrito Administrativo de Alto Alegre, Município de Colorado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA.-- **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 142/79 - de autoria do Deputado CYRO MARTINS, que declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Recreativa Paroquial", com sede e foro na Cidade de Tibagi. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.-- EM REGIME DE URGÊNCIA.-- **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 130/79 - de autoria da COMISSÃO ESPECIAL, que autoriza realização de plebiscito em área do Município de Catanduvas, para consulta sobre a criação do Município de Três Barras do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade.-- EM REGIME DE URGÊNCIA.-- **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 131/79 - de autoria da COMISSÃO ESPECIAL, que autoriza a realização de plebiscito em área do Município de Formosa, para consulta sobre a criação do Município de Jesuítas. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade.-- EM REGIME DE URGÊNCIA.-- **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 54/79, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que cria o Município de Vera

Cruz do Oeste, sediado na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Céu Azul, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade.-- EM REGIME DE URGÊNCIA.-- **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 58/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que cria o Município de Lunardelli, com território desmembrado do Município de São João do Ivaí, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade. COM SUBSTITUTIVO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA.

SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI N.º 58/79

Art. 1.º -- Fica criado o Município de Lunardelli, com território desmembrado do Município de São João do Ivaí, com sede na localidade do mesmo nome e seguintes divisas: --"Inicia no Rio Ivaí no ponto de encontro da linha norte da Fazenda Suíça, seguindo pela referida linha rumo sudoeste até alcançar o Rio Bulha, pelo qual sobe até alcançar a linha norte da Fazenda Lunardelli, e por esta rumo sudoeste até alcançar o Córrego Mangueirão, e por este acima até sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente do Córrego Cata-Briga, e por este abaixo até alcançar a linha sul da Fazenda Lunardelli que faz divisa com o Município de Jardim Alegre. Deste ponto segue rumo nordeste até alcançar o povoado Pouso Alegre, de onde alcança a nascente do Córrego Guaritá, e por este abaixo até sua foz no Rio Ivaí, pelo qual desce até alcançar a linha norte da Fazenda Suíça, ponto de partida".

Art. 2.º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 1.979.

(a) GILBERTO CARVALHO

Em discussão.

O SR. DEL CIEL -- Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. DEL CIEL - Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

Utilizamos a palavra neste instante porque há alguns meses atrás, quando da apreciação do projeto apresentado pelo eminente Deputado Gilberto Carvalho, tivemos um posicionamento que entendemos de defesa dos interesses de Lunardelli e de São João do Ivaí, nesta Casa.

Notícias e informações falsas foram levadas até o Distrito de Lunardelli, futuro município do Estado do Paraná. E assim nos pronunciemos em função do elevado número de cartas que recebemos de companheiros, políticos, assim como de adversários partidários de Lunardelli, localidade por onde sempre passamos e onde sempre obtivemos votos que têm nos trazido a este Poder juntamente com o Deputado Gilberto Carvalho.

Dizia, naquela oportunidade, de que a paternidade da criação deste município, por justiça, não haveria de ser tirada nunca do Deputado Gilberto Carvalho que pretendia e lutava pela criação do Município de Lunardelli.

Mas, é importante voltar a bater na mesma tecla. É importante Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. líderes de Lunardelli, que hoje estão presentes nesta Casa, que ao encerrar esta sessão se dirijam ao Congresso da Associação dos Municípios Brasileiros, promovido hoje na Capital do Estado do Paraná, para analisarem a situação que se defrontarão nas primeiras passadas de vida como município do Estado do Paraná. Lunardelli que nós amamos, admiramos e cujo povo respeitamos e aqui sempre defendemos; porque, efetivamente, se os Poderes Legislativos nas áreas estaduais e federal não arrancarem dos dirigentes máximos desta Nação brasileira uma reformulação

do sistema tributário e da melhor distribuição da arrecadação e da riqueza gerada no Interior do nosso Estado e do nosso País, estará o Deputado Gilberto Carvalho gerando um município-filho predestinado a morrer pela ameaça da subnutrição econômico-financeira, que destrói hoje a economia, não só dos pequenos e médios municípios, mas como está a ameaçar cidades até do porte de Ponta Grossa, Londrina, Cascavel, grandes municípios do Estado do Paraná e de grandes municípios de toda a República Federativa do Brasil.

Neste instante, tão somente para que se restabeleça a verdade, aqui afirmamos da tribuna, que respeitávamos o direito e até mesmo lutaríamos em defesa do direito de todo o homem, de todo aquele que almejassem alcançar e obter a sua independência.

Este procedimento também era dirigido ao anseio guardado há muito tempo no coração e na mente do povo de Lunardelli, de ver-se elevado à condição de município do Estado do Paraná, mas que Deus Pai Todo Poderoso, ilumine os governantes desta Pátria e dos nossos Estados, que dê brilho e lucidez, principalmente ao maior de todos os que comandam a Nação e ao sistema, que efetivamente está a impor a crise em que vive o povo e os municípios brasileiros.

Que sejam iluminados, porque, caso contrário, os velhos municípios brasileiros e os que estão ora nascendo, nascem condenados à morte e nós queremos o progresso e o desenvolvimento para o nosso Estado, um Estado com a sua economia voltada para a agricultura, agricultura que foi anunciada como meta prioritária do Governo deste País para arrancar a Nação brasileira da miséria, do sub-desenvolvimento e para salvar a economia nacional, mas como as idéias conflitam, Sr. Presidente e eminentes Srs. Deputados, se há alguns meses falavam na agricultura como solução para o País, hoje anunciam que deveremos voltar à era do arado puxado pelo cavalo. Como tirar da terra a riqueza nacional, para fortalecer os nossos municípios, o nosso Estado e a economia brasileira na base do arado puxado a cavalo?

Efetivamente quero que nasça forte Lunardelli. Quero que todos os outros ex-distritos que estão por conquistar a sua condição de município, possam respirar o ar efetivamente da independência econômico-financeira, da justiça social, da condição de vida dos nossos municípios.

Acredito que mais de setenta por cento dos municípios paranaenses e brasileiros não estão podendo responder à folha de pagamento dos seus funcionários, e é por isto que hoje, na Capital do Estado do Paraná, se reúnem, acredito que centenas e centenas de prefeitos municipais, em que todos os vereadores ergam suas vozes nas Câmaras Municipais, que os Deputados estaduais, independente de facção político-partidária, lutem pela célula mais importante do nosso País, o município, que assim como a família brasileira, está sendo dilacerada, destruída.

As lideranças de Lunardelli e de outros distritos que se encontram na mesma condição que aqui estão, de regiões produtoras, devem analisar o novo fenômeno social que vem ocorrendo no Estado do Paraná. Nós denunciemos, Sr. Presidente, está bastante vinculada esta matéria, porque Lunardelli viverá também da sua agricultura.

Nós notamos, analisando a condição de mais de oitocentos mil bóias-frias presentes no Estado do Paraná, um novo dado, um novo dado social que precisa ser analisado com seriedade. Nos caminhões que hoje transportam os bóias-frias para as fazendas, vemos que de cada cem pessoas conduzidas por esses caminhões, entre quarenta e cinquenta, são crianças de sete a doze anos de idade, e entre trinta a trinta e cinco pessoas são mulheres, e o restante então, é composto por rapazes e alguns homens.

Então, chegamos à conclusão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e espero que esteja eu equivocado nesta minha análise,

de que o trabalhador do campo, expulso para a cidade, para o pequeno, o médio e o grande município brasileiro, na esperança de encontrar emprego, principalmente nas capitais, veio, bateu de porta em porta; não encontrou emprego na cidade grande. Não conseguiu nem mesmo condições para alimentar chaminés de indústrias; não tendo ele a mão de obra especializada, que abandonou a sua família no interior.

A nossa agricultura está a viver agora de mãos de família e de crianças no cabo da enxada, no Estado do Paraná, num dos Estados, esperança da Nação brasileira, para arrancar o nosso País do grande endividamento externo. Mais vinculado aí ainda à crise energética vigente no mundo.

Então, preocupado com toda esta situação, me parabeneizo com o eminente Deputado; me congratulo com o eminente Deputado Gilberto Carvalho, pela criação desse município. E conclamo, como fiz da outra vez, para que o Deputado Gilberto Carvalho, para que todos os eminentes Deputados da ARENA e da minha bancada, as autoridades, me parece que estão despertando agora em nosso Estado, em uma parcela do nosso País.

Esses congressos já estão sendo promovidos em função de gritos que alguns poucos estavam a dar em todos os Poderes neste País. Mas, quando a voz do Poder for uma só, independente de sigla partidária, quando o grito for um só, Sr. Presidente, não terá, o todo poderoso mandatário desta Pátria, não terá o sistema que conduz os destinos da Nação brasileira, condições de continuar obrigando a família trabalhadora brasileira, que morra de fome, e que os municípios brasileiros sejam dizimados, destruídos e colocados na condição de concordatários ou falidos.

É esta a grande luta agora. E se mando aqui e voltando a frisar, se alguém anunciou em Lunardelli que foi outro o nosso posicionamento aqui, nós que amamos o homem do campo, principalmente municípios onde contamos com o maior apoio na base popular, dos municípios essencialmente agrícolas. Faltaram com a verdade. Fizeram com que a notícia fosse enganosa. As cartas todas estão procurando responder de cunho próprio, e encaminhando cópias do pronunciamento anterior nosso, feito desta tribuna. Mas que nasça Lunardelli e os demais municípios, com o direito à vida e à existência; e que possam os atuais municípios brasileiros e paranaenses voltarem a ter a sua independência, deixando essas rodovias, como a Rodovia do Café, de ser a rodovia do vem e não volta, que traz a nossa riqueza de regiões produtoras para a Capital. Da capital, esta riqueza é conduzida para Brasília e para os municípios, nada; três por cento para para o município brasileiro. Noventa e sete por cento, o Governo retém em suas mãos. Por que dilacerar a economia municipal? Então, que todos os municípios que estão nascendo agora, se unam aos que estão a se defrontar com um dos mais sérios problemas do nosso País, o da sobrevivência da cidade e o da sobrevivência do povo brasileiro. Que nasça, cresça, e viva o progresso Lunardelli, e os futuros municípios paranaenses e que isto depende muito da luta de todos nós; da conscientização de todos nós, para fazer com que os poderosos devolvam aos nossos municípios a riqueza que é gerada com o sangue, a lágrima e o suor do trabalhador da cidade e do campo, em todo o território brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Continua em discussão.

Em votação o Substitutivo.
O SR. GILBERTO CARVALHO -- (Para encaminhar a votação)
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesse momento, mais para agradecer a atenção de todos os Srs. Deputados, em especial aos Srs. Deputados da Oposição que votaram favoravelmente a este projeto, para a criação deste novo município.

Temos a honra de contar com a presença dos representantes desses cinco distritos que pretendem a sua emancipação política e se encontram nesta Capital para acompanhar esta ação e vêm assistir, através desta Casa de Leis, da Casa do Povo, a manifestação em atendimento ao referendo do povo de cada um desses distritos que quase que maciçamente votaram pela sua emancipação política.

Quero agradecer, e pode estar certo o eminente Deputado Del Ciel, que Vossa Excelência, como Deputado da região do Norte do Paraná que, comigo, disputou a eleição naquele município de São João do Ivaí, estou tão ciente quanto Vossa Excelência que teremos muita dificuldade, mas tenho certeza que, juntos, reivindicando em favor desse município, como nos demais que representamos, Vossa Excelência no papel de homem da Oposição, também criticando e contribuindo para que esses municípios recebam os benefícios que têm direito, possam ser atendidos.

Em 1.971, apresentei este projeto, criando o Município de Lunardelli. Infelizmente, em virtude do Ato 46, que impedia, que determinava que as proposições de criação de municípios fossem encaminhadas a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, depois de ouvido o Ministério da Justiça, impediu que esses municípios fossem criados.

Depois da revogação desse ato, procuramos instruir novamente o processo, baseado na Lei Complementar número 1, juntando toda a documentação, ficando e atendendo também o que dispõe a Lei Orgânica dos Municípios, e todo este comentário que faço, também fizeram os demais Srs. Deputados, que defendiam a criação do Município de Vera Cruz, Tupãssi, Nova Prata e Cafelândia.

Foi encaminhado a esta Casa, um outro projeto, pedindo a realização do plebiscito, cujo projeto de resolução, aprovado por esta Casa, possibilitou que o povo se manifestasse, complementando a última peça do projeto de criação do município.

E hoje, com muita alegria e satisfação, nós votamos em segunda discussão, o projeto de criação do Município de Lunardelli. Não há necessidade de fazer maior justificativa, com referência à criação do Município.

Também já participei, Srs. Vereadores que aqui se encontram, representantes desses distritos, quando eu também pleiteava a criação do município onde eu morava, onde era um distrito. Com muita dificuldade, diziam, que nós nada tínhamos, e que começássemos do zero. E começamos.

E hoje, nós temos este município, sem nenhuma dívida, totalmente equipado, quase todo pavimentado, com água, luz e telefone. E a minha grande preocupação é o povo da zona rural, é o povo do interior, para que tenha mais assistência e mais benefício, e possa viver na localidade onde estão, com mais atendimento dos Poderes Públicos.

E foi por isso que nós pleiteamos a criação do Município, para que Lunardelli pudesse receber a sua água, para que possa receber a sua motoniveladora, para que o povo possa ter melhor atendimento e que, juntos, haveremos, no Congresso Municipalista, de pedirmos, todos nós, Deputados, preocupados com a reforma tributária que precisa vir, o quanto antes, para dar sustentação aos municípios, como bem dizia o Secretário Véspero Mendes: "É dos municípios que vivemos. Nós precisamos amparar os municípios".

Por isso, agradeço a todos, agradeço aos eminentes Deputados Gabriel Manoel, Scarpelini, a todos que pedi que nos ajudassem para que esta sessão se realizasse.

E, felizmente, com muita alegria, vejo o encaminhamento como todos nós, Parlamentares, desejamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente. A criação de municípios constitui-se num ato de soberania. Realmente, nestes últimos dois meses, a Assembléia Legislativa, tem tido uma preocupação quase que exclusiva com as modificações da legislação que rege hoje, o País.

E a preocupação que se tem na criação de município, não é tão só a declarada e discutida falência de quantos já existem e foram criados no passado. A preocupação que o Parlamento vive hoje é principalmente de ordem subjetiva. E, buscando, pelo menos querendo buscar, a realização de reformas profundas no País.

Sem essas reformas, muito bem disse o Deputado Del Ciel, nenhum, ou poucos municípios, teriam condições de sobrevivência sem que seus orçamentos cheguem ao final do exercício com pequenos déficits.

A realidade é que a Nação brasileira, à mostra do que vivia no passado, num verdadeiro regime democrático de liberdades, de liberdades públicas, do pleno exercício das funções públicas, do pleno exercício do mandato eletivo, não temos hoje - apesar de ter caído este monstro que se chamava Ato Institucional número 5, - mas ele ainda vive submerso na Constituição, sob a forma de salvaguardas. Ainda subsiste o sistema tributário nacional, que é declaração antecipada da falência de municípios.

E a preocupação que me traz, Sr. Presidente, no encaminhamento da votação, não é a criação de municípios ou a manifestação maciça daqueles que querem a independência. Não é esta a preocupação que nos acode, muitas vezes, a preocupação que a Nação inteira vive é a preocupação de que há necessidade de reformas. Mas, não de reformas de fachada, não de reformas pela rama, não de reformas feitas por Deputados agachados no Congresso Nacional.

É preciso que se faça reforma de base, reforma fundamental. E é essa a reforma que o moribundo MDB sempre tem pedido, nesses longos, duros e calejados treze anos de vivência.

Sim, reforma, Sr. Presidente, reforma do ensino, reforma tributária nacional, reforma profunda da Constituição, porque não vivemos um regime de constituição, apesar do "quorum" diminuído, do "quorum" simples, para se fazer modificações constitucionais; não é este o princípio, porque o princípio está acima das normas jurídicas, o princípio nasce no coração das pessoas, no seio daqueles que representam a vocação nacional, patriótica, soberana, nacionalista e independente.

É isso que precisamos fazer no Brasil, contanto, Sr. Presidente, que, no meu modo de entender, haja respeito àqueles que se manifestam. É por esta razão, simplesmente, e sobretudo por esta razão, que devo votar em todos aqueles que pretendem se emancipar. Porque, não há quem possa contrariar a vontade de um povo e, quando o povo se manifesta maciçamente pela emancipação, o Parlamento tem que acompanhar, o Poder Público tem que acompanhar, porque adiante do Poder Público, adiante dos homens públicos, está a vocação do povo. E esta manifestação que se vê nas ruas é a manifestação de descontentamento, de angústia, de falta de respeito das autoridades constituídas, porque elas perderam o pudor, a respeitabilidade pelo povo brasileiro.

É por esta razão e por este princípio, Sr. Presidente, que não posso calar-me, tenho de dizer e devo votar favoravelmente a todos aqueles que, consultados, deram-se pela emancipação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o Substitutivo ao Projeto de Lei número 58/79. — Aprovado, artigo por artigo.

A Mesa registra, com muita satisfação, a presença, em nosso Plenário, de Sua Excelência o Sr. Deputado Federal Roberto Galvani, bem como a presença do Sr. Antônio Ferreira Nalgui, Prefeito de Janiópolis.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 57/79, de autoria do Deputado Egon Pudell, que com território desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, cria o Município de Tupãssi, com sede e divisas que especifica. Parecer Favorável da C.E., por maioria. Em Regime de Urgência. —

PROJETO DE LEI Nº 57/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de TUPÃSSI, sediado na licalidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, com as divisas do atual Distrito Administrativo e Judiciário de Tupãssi, estabelecidas pela Lei nº 5.436, de 30 de janeiro de 1967:

1. — AO NORTE: partindo do Rio Alívio, por linha seca e divisória das Colônias Peruíbe e Pindorama, atuais Glebas Aleixo e Lambari, até o Rio Verde ou Boi-Piquá;

2. — AO LESTE: pelo Rio Verde ou Boi-Piquá, da divisa das Colônias Periube e Pindorama acima, até a divisa da Colônia Pindorama e Terrenos Lopei;

3. — AO SUL: pela divisa da Colônia Pindorama e terrenos Lopei, do Rio Verde até a divisa da Fazenda Britânia, por esta divisa até o Rio Alívio;

4. — A OESTE: pelo Rio Alívio, da divisa da Fazenda Britânia abaixo, até a divisa das Colônias Peruíbe e Pindorama.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1.979.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

É de se considerar como altamente válido que a população de Tupãssi, deseje com todo entusiasmo e convicção que este Distrito Administrativo e Judiciário adquira maioridade político-administrativa. O mesmo compreende a sede, propriamente dita, e os patrimônios de Jotaesse e Palmitolândia e Brasileira. Há cerca de quase dez anos, o censo de 1970, acusava uma população de 14.320, e de acordo com o seu desenvolvimento, a sua população atual deve estar se aproximando dos 24.000 habitantes.

Quando o Congresso Nacional decretou e o Presidente da República sancionou a Lei Complementar número 01, de 09 de novembro de 1.967, é evidente que o Governo da República pretendeu criar para as comunidades que se destacassem, no complexo municipal do País, direito de auto-determinação, subordinando este privilégio a determinados critérios, o que se verifica na dita Lei Complementar.

A comunidade representada pelo Distrito Administrativo e Judiciário de Tupãssi se destacou, desenvolveu-se de tal forma que reclama este direito de se auto-determinar, de acordo com o caráter desenvolvimentista da lei, que é a formação de comunidades menores, e que, por isto mesmo, tenham condições de progredir com maior aceleração. E mais, como uma decorrência espontânea, os grupos humanos cujos interesses comuns se acham mais próximos, se amalgamam com um sentido mais uniforme e compacto, em benefício da família e da sociedade.

Neste projeto, anexam-se os comprovantes de todos os requisitos exigidos.

COMISSÃO EXPECIAL
PROJETO DE LEI Nº 57/79

PARECER:

Reexaminando-se a matéria, face o resultado da consulta plebiscitária realizada em 25 do corrente mês, conforme Ata de apuração encaminhada pelo Juízo Eleitoral da Comarca e anexa ao processo, opinamos que o presente projeto de lei que visa a criação do Município de Tupãssi, desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, está em condições de ser submetido à consideração do Plenário deste Poder Legislativo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1.979.

(aq) Jurandir Messias, Presidente; Fuad Nacli, Relator

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, para discutir, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quero esclarecer à Casa que ocupo a tribuna na minha condição de Parlamentar, e não como Líder da minha bancada. As opiniões a serem aqui emitidas são de minha exclusiva interpretação e de minha posição pessoal, porquanto a votação para a criação de municípios é matéria livre em que cada Deputado se posiciona conforme o seu entendimento.

Sr. Presidente, quando este projeto de lei chegou à Ordem do Dia, ingressei com um pedido nos Autos, para que se ouvisse uma Comissão Especial que tratasse de todos os projetos pertinentes à criação de municípios. A Casa, acatando a sugestão, formalizada a Comissão, voltaram os projetos, e após o debate necessário, retornam hoje à Ordem do Dia para serem devidamente apreciados.

Por estranha coincidência, Sr. Presidente, retornam à Ordem do Dia no exato momento em que se instala na Capital do Paraná o Congresso dos Municípios, cujo tema principal será a Reformulação da Política Tributária Municipalista.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, destinada a apurar as causas do crescente empobrecimento dos Estados e municípios, face ao atual Sistema Tributário Nacional. E especificamente aos Municípios, Sr. Presidente, como considerações de ordem geral, quero deixar transcritos, porque talvez eu seja uma voz isolada discordante no caso da criação do Município de Tupãssi, mas o faço na minha condição de Legislador, com total isenção de ânimos, porque nem um voto consegui naquele município; lá não pretendo obter vantagens eleitorais, mas o faço na condição serena de não contribuir de minha parte, para que uma comunidade talvez impelida pelo desejo natural de emancipar-se, porque este é um desejo nato em qualquer criatura humana, e principalmente, em qualquer agrupamento ou qualquer comunidade social, de conseguir a sua emancipação, de conseguir a sua independência.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a responsabilidade do Legislador no caso presente, deve-se fazer, principalmente, àqueles que por razões outras chegaram a ter o conhecimento claro, cristalino, da situação atual das comunidades que se pretende emancipar.

Como membro desta Comissão, efetivamente fiz o papel de "Advogado do Diabo". E, tranqüilamente, pude dar meu voto favorável ao Município de Vera Cruz. Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, inclusive serviu como projeto padrão. Aquela comunidade foi efetivamente, de maneira organizada, quer através de sua Câmara Municipal, obedecendo os trâmites legais de um projeto de resolução da Câmara Municipal, sancionado pelo Sr. Prefeito Municipal, para que a área de Vera Cruz se tornasse um novo município.

Foi Vera Cruz que despertou, em muitas outras comunidades, o desejo de emanciparem-se. Por isto vos digo que, com tranqüilidade, pude votar favoravelmente à Vera Cruz do Oeste, mas não posso ter o mesmo comportamento em relação a Tupãssi. Pois enquanto, Srs. Deputados, Vera Cruz é uma cidade emergente, é uma comunidade em ascensão, lamentavelmente Tupãssi é uma comunidade em decréscimo, é um distrito que está com a maioria de suas portas fechadas, face à fuga constante, permanente, da população daquela comunidade, que acompanha o êxodo rural que se estende de Sul a Norte deste Brasil, das comunidades interioranas que se dirigem aos grandes centros.

Por isso, Sr. Presidente, para basear a minha posição,

reputo importante, fundamental, que encontre razões objetivas, legais, sociais, políticas, econômicas, para que fique assentado o meu voto e de que não peque eu pela omissão, porque tenho conhecimento de fato, e o meu convencimento é claro e é necessário ser posto nesta tarde.

Na Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, um dos tópicos do relatório diz o seguinte:

"A União tem interferido nas administrações estaduais e municipais com caráter de tutela, em vez de circunscrever-se à limitação, à atenuação das desigualdades regionais.

Esta crescente centralização do Poder, em detrimento da autonomia dos Estados e sobretudo dos municípios, tem como instrumento, entre outros, a criação de uma nova criatura criada pelas transferências da Receita Tributária, agendada pela sua vinculação e pelos encargos que as acompanham.

Há que considerar que a centralização do poder não se tem limitado à progressiva absorção da autonomia dos Estados e Municípios. Também os poderes básicos do Estado, têm sofrido esvaziamento a favor do Executivo Federal.

Um exemplo desse fenômeno e dos dados dele decorrentes é a atual inoperância da Justiça Federal, nas questões que versem sobre os débitos da União para com os municípios.

Há demandas nesse sentido intentadas há mais de nove anos, sem que se realizasse sequer a primeira audiência e aqui no caso específico do Paraná, o Estado do Paraná está numa demanda judicial e não consegue receber da União as altas somas dispendidas na construção da Estrada de Ferro da Central do Paraná.

É de ressaltar-se que qualquer obtenção de empréstimos pelos Estados, mesmo de bancos particulares, é condicionada à prévia autorização do Conselho Monetário Nacional, após exame pelo Banco Central.

Da mesma forma, a concessão de qualquer financiamento que importe no aumento da dívida consolidada nos municípios, requer prévia autorização do Senado Federal. Cumpre registrar que a União e os Estados concedem isenção de tributos, de cuja arrecadação participem outras esferas do Poder, sem prévia consulta ou compensação oportunas de perdas de arrecadação decorrentes.

A União tem concedido, inclusive, isenções de tributos estaduais e municipais, sem que qualquer consulta se fizesse àquelas esferas de Governo. Por outro lado, a criação de zonas metropolitanas na prática, é mais um favor de limitação de autonomia municipal.

Finalmente, cumpre reconhecer que com relativa frequência, vêm-se os municípios instados a renunciar a receita que lhes caiba, principalmente por pressão dos Estados. E fatos dessa natureza explicam-se pela fragilidade e importância política desses entes públicos, perante o Poder da União e dos Estados. Falta-lhes, sobretudo, um órgão dentro da estrutura do Poder Legislativo Federal, onde seus apelos possam encontrar alguma ressonância. A propósito, é digno de registro o fato de a propensão à centralização do poder e a tomada unilateral de decisões com reflexos sobre as municipalidades, também ter caracterizado a atuação dos Estados.

Na elaboração dos orçamentos e dos projetos estaduais que afetem direta ou indiretamente as comunas não soem, por exemplo, ser ouvidos os prefeitos municipais. Da evasão dos recursos dos municípios, dos recursos retirados dos municípios através da tributação federal e estadual, de tarifa de serviços explorados pelas administrações indiretas ou concessionárias ou permissionárias de serviços públicos federais ou estaduais, pouco ou nada retorna àqueles, seja sob forma de participação na receita, seja sob forma de investimentos.

Por outro lado, quando investimentos são feitos, os municípios são compulsoriamente chamados a participar das despesas, sem que se lhes propicie a participação nos frutos das aplicações feitas. Também não se dá aos municípios e tão

pouco aos Estados, qualquer participação nos resultados financeiros dos empreendimentos públicos ou privados pertencentes a outra esfera de poder que explora em recursos naturais, não renováveis, de origem local, não obstante a perda decorrente dessa exploração.

Cite-se, por exemplo, o caso da ELETROSUL, que toma territórios do Paraná para construção de Usina, e nada de retorno é verificado. E essa situação é crescente e tende a aumentar, porque inclusive com o aumento de ontem, das tarifas de energia elétrica de cinquenta e cinco por cento, a serem acrescidas em junho, de mais trinta e oito por cento, num cálculo final de oitenta e sete por cento.

Tais índices constituem na prática mais uma drenagem dos Estados para a União, porque é a ELETROSUL, no fim das contas, quem vai absorver toda esta alta incomensurável das tarifas de energia elétrica.

Serviços Públicos Estaduais e Municipais beneficiam a União, da mesma forma que os Estaduais beneficiam igualmente os Estados. Contudo, tais benefícios não redundam, como seria desejável, em contraprestações de qualquer natureza nem reciprocidade de tratamento a nível federal e estadual. As loterias, nas suas diferentes modalidades, constituem sangria ininterrupta dos poucos recursos disponíveis dos municípios, não tendo estes, por outro lado, qualquer participação no produto das arrecadações realizadas. Sem comentários para a loteria esportiva e qualquer outra loteria.

Outro fator que compromete os poucos recursos municipais e a sempre presente concentração de financiamentos, geralmente com órgãos vinculados à Administração Federal, que exige o pagamento de correção monetária e juros extorsivos, em nível igual ou até superior ao cobrado a particulares.

A inevitabilidade desses financiamentos, decorre da imperiosa necessidade de atendimento à demanda de serviços essenciais à comunidade. E para esses serviços, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que são chamados os municípios quase que diária e constantemente, a pagar aluguéres, por exemplo, destas repartições. As Juntas de Alistamento Militar; as Juntas de Conciliação e Julgamento; Delegacia de Polícia; Manutenção e Conservação de viaturas policiais; prédios, aluguéres e instalações dos alojamentos militares; aluguéres para o MOBIL; Fórum; Patrulha Rodoviária; Tiro de Guerra; Justiça Eleitoral; Receita Federal e Receita Estadual; Campanha Nacional de Alimentação Escolar; INCRA, IBGE; Posto do Ministério do Trabalho; Saúde e Assistência Social; ambulâncias; internamentos; pessoal, alimentação de pessoas carentes; ensino superior; Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; FUNABEM; COHABs; Doação de terrenos para construção de prédios de alçada estadual e federal; EMATER; Projeto Rondon; Projeto Minerva; e esta leva imensa de encargos, que por não serem competência dos municípios, são eles sacrificados, face ao maior poder político que o Estado e a União têm sobre os municípios.

Mas, Sr. Presidente, um caso concreto e mais específico do Paraná, deve-se destacar o tópico das migrações para os grandes centros, retira os pequenos e médios municípios especialmente os de vocação rural, considerável volume de recursos materiais e humanos. Onerando, por outro lado, os grandes centros com um acréscimo populacional, que estes não estão em condições de absorver. Não se tem conseguido desenvolver uma política coordenada de controle dessas migrações.

Se por outro lado o êxodo rural concorre para o maior empobrecimento dos municípios, já extremamente carentes, por outro lado, o crescimento desordenado das cidades implica em contínuo aumento da demanda de serviços com padrões de atendimento cada vez mais elevados e complexos. De outra parte, o custo de vida nesses centros é agravado pelo encarecimento dos produtos primários, necessário ao seu abastecimento, cuja produção é obtida em regiões cada vez mais longín-

quas. A disseminação de loteamentos urbanos, em áreas rurais, para essa situação. Assim, a inchação das cidades, atualmente com um aumento demográfico médio de cinco por cento ao ano, e a sua explosiva e fremente urbanização, constitui imponderável causa de empobrecimento municipal.

Por exemplo, no Estado de São Paulo, a média é de seis por cento na sua região metropolitana; e de dez vírgula cinco por cento, exceto na Capital, que fica na média. As tímidas medidas governamentais, voltadas à fixação do trabalhador rural ao solo, têm se traduzido na intermediação de empresas colonizadoras, que mediante o uso de verbas públicas, financiam as terras aos agricultores.

A canalização de parte dessas verbas, para os objetivos de lucros dessas empresas, com o sacrifício dos objetivos sociais, compromete o bom alcance das metas da política agrária.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento)

No Pequeno Expediente, nós usamos da tribuna para ficar ao lado da emancipação do Distrito de Vera Cruz e Tupãssi.

E não podíamos ficar apenas ouvindo Vossa Excelência, que tanto consideramos, através da sua inteligência e da sua capacidade.

Entretanto, nós ouvimos quando Vossa Excelência disse que em seu nome próprio, não usando da Liderança, usaria este horário para discutir com referência à emancipação política e econômica de Tupãssi.

Eu também não tive votos lá, como Vossa Excelência disse. Nunca estive lá fazendo política, nem sequer em reuniões cívicas daquele distrito. Mas, tenho conhecimento profundo, através de suas lideranças locais, do Deputado que representa Tupãssi, nesta Assembléia, e do Deputado Federal que o representa no Congresso Nacional.

Nós sabemos que Assis Chateaubriand, que é o décimo sexto Município do Estado em arrecadação de ICM, através da sua grande produção agrícola, deve-se, em parte, e muito grande, ao Distrito de Tupãssi.

Como que esse distrito não está em condição econômica de se emancipar, se ele contribui para engrandecimento e desenvolvimento do município que ele é aliado? Não entendemos, porque a maior parte dos impostos arrecadados em Tupãssi não são aplicados lá, e se a sua independência vier, a totalidade dos seus impostos serão aplicados em Tupãssi. E o seu povo, que em maioria de todos aqueles distritos foi ouvido, foi o que mais compareceu às urnas, para dizer um "sim" à sua independência sócio-econômica, porque este distrito está altamente equipado para se tornar um dos grandes municípios do Oeste do Paraná.

E nós sabemos, Deputado Líder da Bancada do MDB, do interesse, também profundo, que pode haver, não por parte de Vossa Excelência, mas do Prefeito que administra aquele município, que é do seu Partido, logicamente deverá estar contra a emancipação de um dos grandes distritos daquele município.

Mas, não podemos concordar com individualidades.

Nós temos que o seu povo, que é a voz mais autêntica, e que Vossa Excelência defende, a palavra, o voto do povo, como democracia, e porque após ser ouvido o povo, através do voto livre e consciente, que pede a emancipação de um distrito, e que o seu povo, suas lideranças mais autênticas estão aqui, a ouvir-nos, esperando uma votação consciente em favor da sua população, não podemos jamais, depois que seu povo concordou com a emancipação, ficar aqui e votar contra a população, nós não estamos aplicando a democracia.

Apenas pedindo, mas não aplicando.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vou responder o aparte de Vossa Excelência.

Eu disse que estava fazendo considerações de ordem geral, e que, especificamente após essas considerações, entraria nos dados concretos, nos números, nas estatísticas, para alicerçar o meu ponto de vista. Vossa Excelência me contrariou também em questões de ordem geral, sem apontar os números, os índices, os coeficientes, a população, a arrecadação. Os números, Sr. Deputado, essenciais, para que se tenha o contexto geral e real do município estão no processo, e eu vou responder a Vossa Excelência, não com palavras minhas, mas com palavras do Sr. Secretário das Finanças deste Estado, Sr. Deputado, porque aqui no bojo deste processo - e aí é que é o fundamento das minhas razões - no bojo destes autos estão dois ofícios do Sr. Secretário das Finanças do Estado do Paraná, Edson Neves Guimarães, um deles emitido no dia 10 de maio de 1979, está aqui, com a assinatura autêntica do Sr. Secretário, e o outro, do dia 13 de junho de 1979. 10/05/79, do Sr. Secretário, que informa à Casa os índices de arrecadação do Distrito de Tupãssi, estão aqui, referentes ao exercício de 78. E um mês e meio após, o Sr. Secretário manda outra informação referente aos índices de arrecadação do corrente exercício, fazendo inclusive a previsão dessa arrecadação.

É por isso, Sr. Deputado, que sou contra a criação do Município de Tupãssi, porque aqui está, estatisticamente, pelo órgão competente, as informações da Secretaria das Finanças.

Vou dar os números:

Em 1978, o Distrito de Tupãssi produziu:

1 milhão e 22 mil sacas de soja; produzirá, em 79, 600 mil de trigo, 511 mil, o ano passado, neste ano, produzirá 300 mil.

Café, 100 mil sacas; produzirá, em 79, 30 mil;

milho, 120; vai produzir, 60 mil;

arroz, 85 mil; vai produzir, 30 mil.

Tinha um plantel bovino de 75 mil cabeças que passou a ter 15 mil; tinha um plantel suíno de 150 mil, passa a ter 25 mil; de galináceos, 83 mil, 882 cabeças para 63 mil cabeças. Ou seja, em cruzeiros, arrecadou Cr\$ 137.664.128,00; vai arrecadar Cr\$ 78.142,00. Informações que reputo idôneas, por serem da Secretaria das Finanças do Estado do Paraná, subscritas pelo Sr. Secretário e pelo Chefe da Assessoria de Controle de Resultados. Esses números, nobre Deputado Tércio Albuquerque, a mim, como integrante desta Comissão, não podem passar despercebidos.

Respeito as lideranças de Tupãssi, que inclusive falaram comigo. Mas, Sr. Deputado, advogado que sou, afeito a me fixar no bojo dos autos, a não ser que se mudem esses dados, comete esta Assembléia, inclusive uma injustiça contra as outras áreas, porque foi rigorosa e será tão benevolente para com esta comunidade.

Pode parecer, à primeira vista, que eu esteja a impedir a emancipação, e de que esteja eu a impedir um objetivo maior daquela comunidade. Mas, na realidade, Sr. Deputado, me preocupa que, no afã de conseguir emancipação, venha aquela comunidade apenas a engrossar a fila dos municípios carentes que hoje existem no Paraná.

O Sr. Egon Pudell — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento)

Nobre Deputado Nilso Sguarezi, prestamos atenção ao seu pronunciamento. A bem da verdade, o empobrecimento de todos os municípios brasileiros é uma realidade assustadora.

Mas, o próspero Distrito de Tupãssi, tem condições de sobreviver. E a bem da verdade, esses dados que Vossa Excelência acabou de enumerar, tenho conhecimento que se incluiu, nesta primeira informação, a produção do Distrito de Bragantina que não vai pertencer a Tupãssi. Esta é a razão porque foi dada uma segunda informação, de acordo com a produção. E devo informar mais, nobre Deputado Nilso Sguarezi, o Distrito de Tupãssi, na sua área que deverá ser desmem-

brada do Município de Assis Chateaubriand, produziu, este ano, 800.000 sacas de soja, deu uma média de 120 sacas de soja por alqueire, e produziu acima de 500.000 sacas de trigo.

Respeito a posição pessoal de Vossa Excelência, mas quero dizer que num futuro bem próximo, nobre Deputado, nós haveremos de verificar e ver com os nossos próprios olhos, que Tupãssi, será um dos bons municípios não só do Oeste do Paraná, mas do Paraná inteiro.

O SR. NILSO SGUAREZI — Respeito a opinião de Vossa Excelência e me congratulo inclusive com o trabalho diligente, esforçado que Vossa Excelência tem desenvolvido na emancipação desta área, mas, eminente Deputado Egon Pudell, tenho em mãos outros dados estatísticos que não me permitem o convencimento, por mais benevolente que seja, e esses dados me assustam, nobre Deputado.

O Distrito de Tupãssi, num relato sucinto dos anos de 77, 78 e 79 sobre as suas atividades comerciais e industriais:

Estabelecimentos de Adubos e Cereais - em 77 - 23; caiu para 14 em 78, e reduziu para 11 em 79;

Açougues - 24 em 77; 10 em 78; 4, agora.

Autopeças - 3 em 77; 2 em 78; 1, em 79.

Bar e Mercaria - 54 em 77; 42 em 78, e 32 em 79.

Banca de Revistas e Livros - 4 em 77; 3 em 78; 1 em 79.

Barraca de Frutas - 3 em 77, 3 em 78; 1 em 79.

Depósito de Bebidas - 2 em 77; 1 em 78; 1 em 79.

Calçados e Tecidos - 12 existiam em 77; foram reduzidas para 6 em 78, existem apenas 4.

O que apenas houve de acréscimo em estabelecimentos industriais foi o Entrepósito da Cooperativa, que não existia em 77; apareceu em 78 e permaneceu em 79.

Farmácias - existiam 3 em 77; existem 2, atualmente.

Hotéis e Churrascarias - permanecem os 2 existentes.

Indústrias Diversas - existiam 16; atualmente existem 10.

Móveis e Eletrodomésticos - existiam 4 lojas; reduziram-se a 1.

Postos de Gasolina - de 3, permanecem 2.

Secos e Molhados - de 12 estabelecimentos, atualmente existem apenas 4.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho em mãos até fotografias desta comunidade que mostram efetivamente que várias, múltiplas casas daquele Distrito estão fechadas, porque simplesmente a comunidade encolheu, diminuiu, daí, Sr. Presidente, eu não ver perspectiva principalmente porque Tupãssi não é uma ilha, está engastada, está jungida a um processo geral que é o da urbanização. A tendência das comunidades do Interior saírem e irem aos grandes centros não mudou, pelo contrário, tenderá a acelerar-se. Daí porque eu não vejo, nobre Deputado o que possa convencer-me no aspecto social, no aspecto econômico, no aspecto político; enfim, em todos os aspectos, que possa levar-me a votar favoravelmente a este projeto.

O Sr. Egon Pudell — Nobre Deputado Nilso Sguarezi, para que Vossa Excelência tenha uma noção, foram inscritos entre estrangeiros, não votantes e analfabetos, 2.000 pessoas. O Distrito de Tupãssi tinha 1 estabelecimento bancário, hoje tem 2, com depósitos satisfatórios; as firmas que se dedicavam à compra de cereais e venda de inseticidas, a bem da verdade, não é só em Tupãssi, mas em todo o Oeste do Paraná diminuiu em aproximadamente noventa por cento, porque as Cooperativas atuam ativamente nessas áreas. Portanto, não vejo qual a razão que Vossa Excelência tem, ou melhor, qual o motivo de se preocupar tanto. Tenha a certeza, nobre Deputado Nilso Sguarezi que Tupãssi tem condições de sobrevivência. As casas comerciais que fecharam, a bem da verdade, pois conheço Tupãssi, até hoje ainda existem algumas lojas ou casas fechadas, mas a agricultura expandiu violentamente. E a bem da verdade, onde entra a mecanização, automaticamente sai gente. Esta que é a grande realidade.

Mas Vossa Excelência não deve se preocupar e tenha a certeza, nobre Deputado Nilso Sguarezi, num futuro bem próximo, Vossa Excelência poderá ver em Tupãssi, o progresso e seu desenvolvimento. E há necessidade de emancipar Tupãssi para a sobrevivência daquele povo e principalmente da região agrícola; porque hoje, lamentavelmente, em Tupãssi existe um desânimo total por falta de sua emancipação.

Muito obrigado.

O Sr. Pinto Dias — Vossa Excelência permite um aparte de duas palavras, nobre Deputado. (Assentimento).

Vossa Excelência tem a estatística dos dados da população de 1.977 e 1.978 deste distrito e de quantos eleitores compareceram às urnas nas últimas eleições, nobre Deputado?

O SR. NILSO SGUAREZI — Posso conceder a Vossa Excelência, se me der algum tempo.

Tenho em mãos o resultado do plebiscito. Cidadãos habilitados, 7.350. Mais dos votantes em separado. 7.350 inscritos, votaram; total de votantes, 4.900.

O Sr. Pinto Dias — Obrigado, estou satisfeito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Deixaram de votar 2.452. Mas, Srs. Deputados, não é implicância de minha parte não...

O Sr. Aguinaldo Pereira Lima — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Estou prestando muita atenção no seu pronunciamento e o que está causando muita estranheza é porque Vossa Excelência está discordando da criação do Distrito de Tupãssi, da sua emancipação, e não o Deputado Edilson Alencar, que é o representante e é de lá, pode-se dizer que sua residência é Assis Chateaubriand, ou Vossa Excelência está fazendo o serviço por ele?

O SR. NILSO SGUAREZI — Devo dizer a Vossa Excelência que sou Deputado do Estado do Paraná.

O Sr. Aguinaldo Pereira Lima — Eu sei, mas é muito ético, não iria entrar no mérito de Tupãssi sem ascendência do Deputado Edilson Alencar.

O SR. NILSO SGUAREZI — No momento que Vossa Excelência me provar que seja aético eu me importar com qualquer comunidade do Paraná, Vossa Excelência poderá exigir deste Deputado que retire tudo o que foi dito.

O Sr. Aguinaldo Pereira Lima — Acho que "tem coelho neste mato", Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Tem coelho, ... se Vossa Excelência for caçador e encontrar os coelhos que não vejo, Vossa Excelência deve deflagrar os tiros.

Mas...

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Se Vossa Excelência for breve, com satisfação. Concluo depois.

O Sr. Gabriel Manoel — Eu também não teria assim o dissabor de dizer a Vossa Ex.^a que em Tupãssi nós temos uma série de parentes, homens que estão lutando pela sua sobrevivência que foi representada, em legislatura passada pelo Deputado Aguinaldo e está sendo bem representada também pelo Deputado Galvani e pelo Deputado Egon Pudell.

Então, nós vemos Tupãssi uma cidade que tem vontade de apoio, uma cidade que está explodindo nas divisas com outros Estados, com outros países, uma cidade que carece de amparo nosso. Não vejo razão para Vossa Excelência estar assim, dentro da ética que Vossa Excelência tem, dentro do tirocinio que conhecemos como bom paranaense. Gaúcho-paranaense.

Então, diríamos a Vossa Excelência que falo em nome de Tupãssi porque lá tenho raízes, amigos, e também tive alguns votinhos lá. Vi que um dos hospitais modelo do Paraná, uma cidade com vontade de crescer. Quando Vossa Excelência fala que em Tupãssi há 4.900 eleitores e vejo no norte Pioneiro, cidades que são municípios e estão progredindo

com 1.500, 2.000 e 3.000 eleitores. Porque não darmos chance a uma família que quer desenvolver um filho. Um filho que quer desvincilhar-se para mostrar a seu pai que precisa progredir, que precisa fazer parte desta grande Nação brasileira, representada por este grande Estado que é o Paraná. Vossa Excelência tem razão, dentro do seu pronunciamento e comportamento. Pediria vênha apenas para que Vossa Excelência fizesse um quadro comparativo de Tupãssi, com cinquenta por cento das comunas de hoje, que são municípios. Tupãssi hoje tem dois médicos, tem hospital modelo, tem missa em sua Igreja, homens e mulheres que ficam lá clamando por justiça.

Então, pediria a Vossa Excelência que solicitasse à sua bancada, que votasse a favor da justiça, porque sei que Vossa Excelência toda vida optou pela justiça e toda a vida foi um homem combatido pela justiça.

Porque não darmos a Tupãssi o direito de liberdade, o direito à liberdade que Vossa Excelência clama por justiça e clama por democracia. Vamos dar, com essa democracia, para Tupãssi, a presença para Tupãssi que hoje é representada pelos Deputados Galvani e Egon Pudell, para que possa também, no conceito do Paraná, desses municípios e da Nação brasileira, dar este progresso que o Paraná precisa. Dar este testemunho de progresso que o Paraná precisa, dar este testemunho de progresso para os homens que estão lá com as mãos calejadas, lutando pelo bem-estar de sua terra e de sua gente, que não querem outra coisa, Deputado, a não ser justiça.

O povo de Tupãssi há oito anos clama por justiça e hoje chegou o dia da Assembléia Legislativa de mãos dadas, com os Deputados da Situação e da Oposição, dizermos um "basta" e unidos, olhar o benefício de uma cidade que está querendo progredir e que apesar de não ser município, tem progredido e faz inveja a muitos municípios paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito bem. Não vejo como a Assembléia possa dar um "basta", porque não se trata de terminar com nada aqui mas sim, de criar alguma coisa, nobre Deputado.

O que ocorre, é que fazer justiça no conceito clássico, no conceito que a Humanidade adotou, é ouvir as duas partes. Lamentavelmente, no Brasil, nos últimos anos, se faz justiça sem ouvir a outra parte. Cassaram-se mandatos, perseguiram-se, torturaram. Estabeleceu-se no Brasil, um novo tipo de fazer justiça. Não é esse o caso aqui, porque aqui, embora eu seja a voz discordante e que acredito, seja até vencido, aqui está a voz discordante, necessária, de uma comunidade que mesmo sendo emancipada, existem votos discordantes, no plebiscito. 297 cidadãos do Paraná, naquela comunidade votaram, contrários. Tenho aqui no processo, um memorial da comunidade de Palmitolândia, que no dizer do nobre Deputado Egon Pudell, "saiu da área". Não saiu não. Ela votou no plebiscito e talvez sejam esses votos os votos da comunidade de Palmitolândia que são contrários e eu vou deixar transcrito, a voz discordante, porque fazer justiça, é ter, no mínimo, a condição, a capacidade e o senso crítico de ouvir o outro lado.

"Enviado ao Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná. (Lê):

"Os subscritores do presente documento, todos residentes e domiciliados em Palmitolândia, Jotaesse e Brasileira, localizadas no Município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, visando manifestarem-se, antecipadamente, com relação à emancipação política do vizinho Distrito de Tupãssi, fazem uso do presente documento de cunho plebiscitário para, como legítimos interessados participarem do equacionamento da questão que determinará o seu futuro no contexto geo-político municipalista.

Levados por interesses políticos pessoais certas pes-

soas daquele distrito estão empenhadas na luta pela emancipação política, que no entender da maioria do nosso povo, é sobejamente prejudicial à coletividade chateaubriense em geral e particularmente aos patrimônios acima e até mesmo de Tupãssi.

O empenho emancipacionista não vem precedido de cuidados e estudos, do ponto de vista dos interesses comunitários.

Os requisitos mínimos para a emancipação, são precariamente preenchidos. Mas, não é tudo. Além de requisitos mínimos existem outros elementos de características locais, e até mesmo nacionais que devem ser levados em consideração, sob pena de estar cometendo erros irreparáveis.

Nem toda emancipação política é de bom alvitre e benéfica.

Antes de se pensar em emancipação, deve-se ter em mãos um rigoroso planejamento que recomende essa atitude, para que não se pratique um ato precipitado causador de graves prejuízos aos cofres públicos Estadual e Municipal, que venha se tornar inútil à comunidade.

No caso referido, o empenho emancipacionista é uma atitude afoita, e, como já dissemos não está procedido de planejamento algum, nem tão pouco de estudos indispensáveis e elementares que autorize essa opção. Haja vista, ter essa reivindicação desaconselhada através de parecer contrário exarado pela própria FAMEPAR em épocas bem mais favoráveis do ponto de vista demográfico e econômico para o pequeno Distrito.

Hoje o Distrito de Tupãssi, considerando a área rural e urbana, conta com apenas sessenta por cento da sua população dos anos anteriores. Se naqueles anos de "vacas gordas" e com grande densidade demográfica, a emancipação não foi autorizada, menos viável será hoje em que as circunstâncias aconselham menos ainda.

Porque razão os signatários da emancipação não tiveram a preocupação de elaborar estudos e planejamentos, para que fiquem claras as vantagens desse ato, isso não foi feito. Vê-se apenas algumas pessoas advogando essa causa sem ao menos ter maiores esclarecimentos e informações a respeito do desmembramento de uma área totalmente inadequada para isso, já que sofreu o êxodo da sua população em consequência da mecanização agrícola.

Desconhecem, talvez, essas pessoas, o enfraquecimento político e financeiro pelo qual estão passando os municípios brasileiros, provocado, no caso, financeiro, por um sistema tributário que quase reduz esses entes políticos-administrativos a gestores de massa falida.

Até mesmo os municípios considerados financeiramente fortes sentem dificuldades intransponíveis para desempenhar o seu papel de atender, dentre outros, o setor de educação e saúde, interiorizando dessa forma o desenvolvimento e patrocinando de forma satisfatória as necessidades da comunidade que o integra.

É a congregação da comunidade chateaubriense que forma através de seus valores, seu território, seu povo, sua massa trabalhadora e escolar, seu objetivo único de desenvolver com menos gastos, sua forma o verdadeiro município dentro dos seus rigores históricos, social e comunitário.

Dividir um município assim seria desunir, desintegrar um povo unido espiritualmente desde a sede aos distritos e localidades menores, comungando os mesmos anseios. Desta forma, sem interesses pessoais, os munícipes defendem melhor seus interesses, os interesses da comunidade local, como esteio da comunidade nacional.

Louvamos a atitude digna do Governo que visa a contenção de despesas e controle da inflação.

A criação do Município de Tupãssi, além de ser reivindicação condenável pela população chateaubriense, está vindo de encontro às metas governamentais, já que acarreta grandes

gastos contrários aos princípios de controle da inflação.

Tupãssi, se emancipado fosse, temos certeza, não será, pois o governo além de estar bem intencionado tem grande visão administrativa, estaria se constituindo em um dos menores municípios brasileiros. Municípios esses fortemente condenados pelos mais labalizados técnicos e políticos municipalistas.

Seria um município tão debilitado que no seu ato de criação estaria implícita, sua declaração de falência. Fadado, portanto, ao triste destino de um vivo-morto, impossibilitado até mesmo de manter sua auto-sobrevivência e de contribuir para a melhoria do seu povo e da Nação.

Por essas razões, o povo do Distrito de Bragantina, consciente da realidade municipalista vivida pelo Brasil atual, consciente das desvantagens do desmembramento de qualquer distrito pertencente ao Município de Assis Chateaubriand, por considerá-lo impossibilitado de sobreviver sozinho e, acima de tudo, consciente de que o nosso município, para o progresso geral da comunidade, não pode ser fragmentado sob pena de estarmos desunindo, enfraquecendo, barrando o progresso e multiplicando as despesas para o Município de Assis Chateaubriand.

Ante o exposto, vimos demonstrar nossa perplexidade e ao mesmo tempo manifestarmos radicalmente contra a emancipação política do Distrito de Tupãssi.

E, sobretudo, manifestar a nossa discordância (do povo de Bragantina) de passar a pertencer a Tupãssi, caso ocorra a absurda emancipação, uma vez que não queremos fazer parte de um futuro município impossibilitado de arcar até mesmo com as despesas elementares.

Confiando em suas grandezas de homens públicos, e, sobretudo, confiando em Deus, esperamos que não sejamos surpreendidos com essas atitudes, das quais somos veementemente contra.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Erondy Silvério -- Obrigado a Vossa Excelência. Nobre Líder do Movimento Democrático Brasileiro, Deputado Nilso Sguarezi.

Compreendendo o posicionamento de Vossa Excelência. Vossa Excelência, aliás, como todo homem consciente neste País, e todo político, especialmente aqueles que representam os municípios na Assembléia Legislativa do Paraná, vivem dias angustiosos; se incorporam à angústia do povo que, cada vez pleiteia mais dos poderes constituídos, principalmente dos poderes municipais.

E, hoje, nós temos aí uma legislação tributária draconiana, leonina; uma legislação tributária que dá à União setenta e dois por cento de todos os tributos arrecadados no País, deixando vinte e seis por cento para os Estados e apenas dois por cento aos municípios.

Dentro desse raciocínio, Vossa Excelência está perfeitamente certo. Porque, realmente, as preocupações que Vossa Excelência tem é quanto ao futuro do Município de Tupãssi, se persistir a atual sistemática tributária no País.

Agora, outra argumentação que Vossa Excelência usa, principalmente os signatários do memorial que Vossa Excelência nos deu o prazer de ler nessa tribuna, peca pela base.

Não conheço a região, quero confessar a Vossa Excelência, conheço apenas verificando o mapa do Paraná. Mas, tenho em mãos um memorial que foi dirigido ao Sr. Governador do Estado, pela Câmara Municipal de Assis Chateaubriand, assinado pelos Vereadores Nelson Boavi, João Thales de Lara Manoel, Nelson Marceliano, André Ferreira Alves, Adelino Fernandes, Audori Ferreira Sandrei, Fernando Ferreira Neto, Ivo Sutana e Jorge Okuyama.

Pois bem, é a maioria absoluta, a unanimidade da Câmara Municipal que recomenda, que acha que são lícitos, legítimos, os anseios da comunidade de Tupãssi. Então, não

serão esses cinco por cento que votaram contra que podem se sobrepôr à vontade da maioria.

Vou votar conscientemente pela criação desse município, tendo em vista este memorial que Vossa Excelência não pode refutar de maneira nenhuma. É a Câmara Municipal que representa o povo, a vontade do povo do município são os seus Vereadores, como Vossa Excelência está aqui nesta Casa, representando a vontade unânime de seus eleitores. Quem representa o povo não são os signatários do memorial que Vossa Excelência acabou de ler, talvez esses tenham interesses pessoais feridos com o desmembramento desse município. Mas, os Vereadores, esses sim, representam a vontade soberana do povo de Assis Chateaubriand. E quando o povo fala, todas as demais vozes se calam, nobre Deputado.

Por isso, vou votar favoravelmente.

O SR. NILSO SGUAREZI -- Obrigado.

O Sr. Fuad Nacli -- Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, não poderia deixar de dizer que, na Comissão Especial, que Vossa Excelência tomou parte, eu como Relator, relatei favoravelmente à emancipação do Município de Tupãssi.

Não entro no mérito do problema, porque o nosso Líder, Deputado Erondy Silvério, disse da situação em que se encontram os municípios brasileiros, não só do Paraná. Conhecemos muito bem Tupãssi, Assis Chateaubriand e todo o Vale do Piquiri, uma das regiões mais ricas do Brasil e uma das terras mais férteis que o Paraná tem.

Sabemos que em 75, houve uma forte geada, seguindo-se de duas estiagens. A posição de Vossa Excelência é válida e reconheço que a sua conduta, tanto na Comissão Especial, como hoje, é o modo de demonstrar o seu carinho pelo seu Estado, pelos seus eleitores, pensando no dia de amanhã.

Mas, vou votar favorável à emancipação de Tupãssi por diversas razões: conhecemos o município desde a sua fundação, conhecemos a região perfeitamente. Sabemos da opinião de todos os Vereadores antes de recebermos o memorial. Vossa Excelência sabe tão bem quanto eu e como todos os Srs. Deputados, que todos os municípios sedes-mãe, quando se trata de desmembrar a sua sede, são contra. Com exceção, o caso de Céu Azul e Vera Cruz que irmanados dos mesmos pensamentos, Prefeitos e povo, se uniram aos Deputados daquelas cidades, e trouxeram para cá o seu desejo.

Mas, vemos o Deputado Edilson Alencar, que representa Tupãssi, conversando com Sua Excelência, diversas vezes, ele disse-me que a sua posição era favorável à criação daquele município.

E não poderia dizer, nesta oportunidade que Vossa Excelência me concedeu dizer que nada mais justo o reconhecimento da vontade daqueles homens que lutam em Tupãssi. Sei que a bancada de Vossa Excelência votará favoravelmente à criação do Município de Tupãssi.

Não poderia deixar de agradecer a todos os Membros da Comissão Especial para Emancipação dos Municípios, porque tanto Vossa Excelência como o Deputado Tolentino, tiveram sempre a melhor boa vontade na condução de nossos trabalhos a fim de que fossem criados esses municípios.

Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. NILSO SGUAREZI -- Agradeço a Vossa Excelência, Deputado Fuad Nacli.

Devo dizer a Vossa Excelência que tive o cuidado de colocar as razões que me levam a votar contrariamente. E não o faço aqui, em absoluto, atendendo - porque não fui instado a isso - à autoridade de Assis Chateaubriand.

O Sr. Prefeito Municipal simplesmente forneceu-me os dados que solicitei.

O fato da Câmara Municipal a quem respeito a decisão, ter-se pronunciado, corrobora, efetivamente, no aspecto políti-

co, à criação do município.

Se o Prefeito fizesse campanha contra, poderia se argumentar isso. Se o Município origem tivesse incompatibilidade com o distrito, seria inclusive mais uma razão para o desmembramento, porque não é possível que exista incompatibilidade entre a sede e o distrito; aí está até uma razão para se criar o município, quando esta incompatibilidade seja insuperável. Mas, Sr. Presidente, é um argumento de ordem essencialmente democrática - essencialmente democrática - do voto, Sr. Presidente, porque não há argumento algum que me convença, que a comunidade de um simples distrito possa ter o seu ponto mais alto, politicamente falando, quando se realiza o plebiscito para a sua emancipação. É exatamente no dia do plebiscito, em que os cidadãos são convocados e foram devidamente convocados e a Comissão de Emancipação fez campanha para que todos comparecessem para votar, e, Sr. Presidente, está aqui o resultado do plebiscito, e é este resultado que, de sua consciência, porque eu sei que tem o Distrito de Palmitolândia que é contra a emancipação, é isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de ordem essencialmente democrática! Eu quero que se faça democracia realmente! Qual é a força que esta Assembléia tem?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa o nobre Deputado, que o seu tempo está esgotado. Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço. Para concluir:

No dia do plebiscito, todos compareceram para votar; todos não, Sr. Presidente - 297, Sr. Presidente, votaram contrariamente. Mas, Sr. Presidente, deixaram de comparecer 2.452.

É evidente que, o cidadão empenhado em que a sua comunidade seja emancipada, vai votar! Ninguém fez campanha contra!

E então, Sr. Presidente, por ser essencialmente democrático, tenho que acatar; ou esses 2.452 não existem mais no Distrito? Se não existem mais, Sr. Presidente, então eu, efetivamente, tenho que me basear no argumento anterior; a comunidade se esvaziou, decresceu e a tendência é decrescer mais e eu, efetivamente não posso, então, me cingir a esse argumento, porque a linha dessa comunidade é decrescente, lamentavelmente.

No encaminhamento da votação devo ainda fazer mais algumas conclusões.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em discussão.

O SR. EDILSON ALENCAR — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa registra, com satisfação, a presença neste plenário, do Sr. Luiz Carlos Zuk, Prefeito Municipal da Cidade de Ponta Grossa.

Concedo a palavra, para discutir, ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Antes, gostaria de deixar a esta Casa os meus efusivos agradecimentos como Deputado que também representa a grande Comarca de Assis Chateaubriand e do grande Distrito de Tupãssi, ao nosso bravo Líder Nilso Sguarezi, sempre combativo, sempre atuante em defesa das causas que acha justas. No entanto, gostaria de nesta oportunidade, pedir vênua ao nobre Líder da nossa bancada, para manifestar-me nesta hora e neste momento, contrariamente às posições e às elegações aqui feitas.

Sei, no entanto, das dificuldades porque passam os municípios brasileiros, vítima de um código tributário que tira tudo dos municípios e lhes devolve migalhas. Sei que dificuldades os novos municípios irão passar, mas nós que representamos aquela região nesta Casa, gostaríamos de neste momento, tendo em vista documentação a nós chegada, da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand, mesmo muito antes a nossa posição foi sempre

de lealdade ao grande povo do grande distrito que representamos nesta Casa.

Existe um provérbio latino que diz "vox populi, vox Dei", a "Voz do Povo é a Voz de Deus" e a voz do povo de Tupãssi, nobre Líder Nilso Sguarezi, foi pela sua emancipação política e administrativa. Razão pela qual discordo de Vossa Excelência, neste instante, muito embora o parabeneze pelo brilhante e pela grande preocupação aqui, demonstrada com o futuro do grande município que será novo, Tupãssi, desmembrado de Assis Chateaubriand, terra que com muita honra e muito orgulho representamos neste Poder.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência está demonstrando um espírito de civismo. Vossa Excelência hoje, neste instante, nesta data memorável, onde se procura dar e fazer justiça, está demonstrando o seu espírito democrático. Meus parabéns a Vossa Excelência e os seus companheiros de Tupãssi e Assis Chateaubriand do Paraná, aceite Vossa Excelência as nossas homenagens. Porque Vossa Excelência, de fato, como diz o adágio popular, "Vox populi, vox Dei", está ao lado do povo.

Ao lado do povo haveremos de estar, embora discordando muitas vezes; mas Vossa Excelência hoje está dando uma demonstração altruísta de civismo, dando uma demonstração que a voz do povo impera e é soberana. Sem o povo, seremos e estaremos fadados ao ostracismo. Muito obrigado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, sempre amigo e sempre gentil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sabemos perfeitamente que Assis Chateaubriand é um dos grandes municípios deste Estado e gostaríamos, nesta oportunidade, de deixar bem claro que o Poder Executivo nessa cidade, que este Deputado que hoje aqui está, jamais se opôs à criação daquele novo distrito.

No entanto, apenas a preocupação de Nilso Sguarezi, de nosso Líder, é também a nossa para o futuro dos municípios, principalmente para o Município de Tupãssi que tenho por ele grande afeição, grandes amigos e grandes companheiros. Quero neste momento, unir-me à Câmara Municipal de Assis Chateaubriand, aqui representada pelo seu Presidente, Nelson Marciliano, que aqui se encontra juntamente com outros Vereadores.

O SR. EGON PUDELL — Vossa Excelência concede um aparte?

(Assentimento) — Quero me congratular com a posição que Vossa Excelência tomou e dizer a Vossa Excelência que quanto à ajuda financeira, vamos procurar ajudar com todas as nossas forças, inclusive procurar trazer maquinário do Governo do Estado para o futuro Município de Tupãssi, nobre Deputado Edilson Alencar.

Meus parabéns pelo seu posicionamento.

O SR. EDILSON ALENCAR — Mas, continuando, Sr. Presidente, para demonstrar e para ficar patenteado o não intervencionismo do Poder Executivo de Assis Chateaubriand, quero registrar neste instante, que, muito pelo contrário, o Prefeito facilitou e muito a criação do Distrito de Tupãssi e tanto é verdade, que recentemente Tupãssi recebeu do Poder Executivo Municipal, do Prefeito, diversos melhoramentos e levou para Tupãssi inúmeros benefícios, dentre os quais, cito neste momento, água potável, sonho de há muitos anos daquela população, cancha polivalente com arquibancada iluminada para atender aos desportistas de Tupãssi, não faltando uma entrega de uma belíssima praça, praça da Matriz, que recebeu o nome de Praça Mãe de Deus.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Prefeito facilitou a criação daquele município, se portando de uma maneira digna e decente para com o honrado povo de Tupãssi. O meu temor é pelo que inicialmente dizia. É pela falta de recursos oriundos do Poder Público porque nós estamos sentindo as amarguras dos Prefeitos deste Estado. As lamúrias, as lastimações,

porque nós sabemos que a distribuição de recursos, a devolução para os municípios são apenas migalhas, ao contrário do que acontece na Itália, na Inglaterra e na França, quando os municípios recebem de trinta e oito a quarenta e dois por cento. Os municípios brasileiros recebem apenas ninharia que mal dá para o sustento e para a sua sobrevivência. Queira Deus que Tupãssi, como os demais municípios que serão criados, eu tenho certeza, não venha, como disse Nilso Sguarezi, engrossar as fileiras dos municípios falidos do Estado do Paraná, desses municípios que estão carentes, que estão morrendo à míngua, sem receber apoio do Governo nas suas mais justas reivindicações, ou seja, a reforma imediata do Código Tributário.

Sr. Presidente, por estas e outras razões, não pretendo alongar-me, porque já vão longe as horas, o meu posicionamento é favorável à criação do Município de Tupãssi, por assim desejar a pacata gente daquela comuna, por assim desejar o grande povo de Tupãssi, por assim desejar a brava gente daquela região.

O Sr. Nilton Friedrich — Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. EDILSON ALENCAR — Com muito prazer.

O Sr. Nilton Friedrich — Temos acompanhado todos os pronunciamentos que se fizeram nesta tarde, referentes à criação de comunas, de municípios, e aproveito este instante, antes de entrar no mérito da questão de até elogiar a posição de Vossa Excelência que ao longo dos meses em que tramita este projeto, teve uma posição séria, uma posição clara e, acima de tudo adequada à defesa dos interesses daqueles que trouxeram Vossa Excelência a esta Casa.

Portanto, a sua presença na tribuna, a sua expressão e testemunho, nada mais são do que a repetição séria e clara daquilo que vem fazendo nesta Casa, ao longo da tramitação e, em especial, desse projeto.

E faço isso até por um dever de consciência, quando aqui vimos há pouco, serem colocadas dúvidas sobre a integridade do comportamento de Vossa Excelência, especificamente no caso em discussão.

Mas, Deputado, permita-me até alongar um pouco o aparte. Mas o Brasil, hoje, está apelidado de Federação. E ao longo desses anos já se disse aqui há pouco, principalmente os homens do MDB, criticaram, condenaram com veemência e denodo, a destruição da Federação Brasileira se transformando num Estado Unitário, em que a centralização do Poder, do Recurso, esteve e está sempre na mão da União e dos poderosos de plantão. Quebrando toda a legitimidade do poder, a estrutura social, nós assistimos, principalmente depois de 64, a hipertrofia do Poder Central. E com isso, a paulatina destruição do Poder Federativo. Ilustre Deputado, a base local, deveria ser o fato gerador de toda dinâmica social e econômica de qualquer povo. Assim são em todos os países. Citaria aqui, somente dois, principalmente, a Alemanha Ocidental, onde existem 14.224 comunidades que estão próximas do que nós temos no Brasil hoje, chamados municípios.

A França, principalmente após o programa de Jean Jaques Schreiber, se instituiu um padrão idêntico à Alemanha Ocidental. No entanto, o Brasil está tentando se aproximar dos quatro mil municípios. Com a extensão territorial, continental que possui, com toda esta presença humana e esta presença de recursos, nós temos, portanto, menos de quatro mil municípios, quando só a Alemanha Ocidental possui, 14.224 comunidades próximas ao que nós conceituamos de "município".

Mas, a verdade é que precisava se destruir as unidades municipais para que todo poder ficasse na mão de poucos e uma das maneiras era então conseguir jogar o vírus da sub-nutrição nos municípios paranaenses e nos municípios brasileiros.

O imposto coletado em cada municipalidade, é gasto na maioria pela União e algum pouco pelo Estado. E naqueles municípios europeus, dentro de uma técnica de auto-suficiência para os municípios, a grande maioria do imposto coletado fica

na base, fica no município arrecadador. E eles respondem, portanto, por todos os conjuntos de problemas sociais, da água, esgoto, bombeiros, estradas, escolas, praças de esportes, museus, bibliotecas, parques municipais, infantis, política de solo, etc. E no Brasil, o inverso: poderosas bombas de sucção drenam os recursos econômicos e tributários para implantá-los lá fora. E além desta arrecadação concentradora, ainda os municípios recebem os grandes compromissos dos convênios, os grandes compromissos dos acordos que acabam diminuindo ainda mais a já débil estrutura econômico-financeira das comunidades.

E aí surge a verdade, Deputado, a administração municipal hoje no País é transparente. E enxerga os problemas, vê as aflições do povo, mas não pode solucioná-los adequadamente. E o Brasil passa a ser uma pirâmide social às avessas. Toda a estabilidade social do País repousa sobre a vértice e não sobre a base. O vértice é a União com a elefantíase da colossal concentração de competência e de recursos.

Ilustre Deputado, o que me indigna e me preocupa é que, enquanto estamos aprovando novos municípios, efetivamente estão os Prefeitos em Curitiba a mendigar verbas para sustentar até o quadro administrativo funcional, e vejo pelo seu município, de Toledo, que é considerado o sétimo do Paraná, de onde, inclusive, saiu o Município de Assis Chateaubriand, onde hoje pretende sair o Distrito de Tupãssi. Pois, o meu município - está hoje devendo quase cem milhões de cruzeiros, e não paga nem os professores municipais.

Esta é a realidade, e tendo lá um dos conjuntos industriais de maior expressão da América Latina, que é o complexo industrial SADIA.

E não vejo, ilustre Deputado, os mesmos Prefeitos, que apoiam a criação de novos municípios, ou aqueles políticos que querem a criação de novos municípios, lutar contra essa hipertrofia do Poder Central, e esta dependência econômica; não vejo esses Deputados e esses Prefeitos e Vereadores, ao longo desses anos, só agora, quando se fala em abertura, porque se acostumaram a dizer amém, se acostumaram ao sim senhor, se acostumaram a fazer de novos municípios currais eleitorais, até que o povo se esclareça e mude de opinião, porque a realidade fática vem provar o contrário.

Onde estavam os políticos do Brasil, ao longo dos 15 anos, em que tudo isso se fez, à custa da miséria da população local, à custa do sangue, da dificuldade, do suor dos nossos trabalhadores. Onde estiveram?

Termino, ilustre Deputado, porque votarei favorável à criação do Município de Tupãssi; porque acho que devemos criar muito mais municípios, porque, em que pese poder parecer paradoxal, só assim, talvez, ao longo do tempo, as comunidades vão sentir, o povo vai se aperceber de que nós precisamos é efetivamente de uma revolução profunda neste País; a revolução, inclusive, para que nós, não possamos mais permitir que se faça o crime que hoje se realiza com as comunidades locais, em que, de uma vez por todas, as populações, os Vereadores, os Prefeitos, os Deputados, analisem friamente esta situação em que hoje se encontram os municípios brasileiros, que são herança, tão somente, deste inventário revolucionário que se diz e foi implantado neste País. Herança que eu digo, famigerada e imprópria, porque sugou os recursos do interior, sugou os recursos dos municípios e a dívida externa de cinquenta bilhões de dólares está aí para ser paga, e, pior do que a dívida é a dívida interna do País, que está acima de oitocentos bilhões de cruzeiros, que faz com que um Estado como o Paraná, um Estado dos mais ricos do Brasil, faça empréstimo externo e em dólar, inclusive, com grande parte para pagar funcionário público, tal é a situação de defasagem da estrutura econômico-administrativa dos Estados e dos municípios.

Urge, mais do que nunca, Deputado, que nós talvez possamos, alertando o povo, alertando aqueles que, ainda passivamente, estão aí, para que venham engrossar essas fileiras

lutando para a libertação dos municípios, para a libertação dos Estados, pela valorização do Legislativo e, muito mais do que isso, para que possamos libertar e valorizar os nossos oprimidos moradores de todas as comunidades interioranas.

Muito obrigado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço o aparte do nobre Deputado, cujos conceitos emitidos vieram colorir o nosso modesto pronunciamento.

Mas, quero concluir, Sr. Presidente, dizendo a esta Casa, que hoje nos posicionamos favoráveis à criação do Município de Tupãssi e, para isso, concito os nobres Deputados de minha Bancada e da ARENA, para também emitirem seus votos favoráveis.

Hoje, defendemos Tupãssi. Amanhã, aqui estaremos novamente, juntos com Fuad Nacli, juntos com Werner Wanderer, em defesa do grande município que será Jesuíta, na Comarca de Formosa d'Oeste.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Deputado Federal Nivaldo Krugger, do Sr. Prefeito Frederico Hormung, de Reserva; do Sr. Dirceu Ferrari, de Grandes Rios; do Prefeito Otávio Mateus Tinoco, de Munhoz de Mello; do Vereador Geraldo Liberato e Nerilson Neves dos Santos, Secretário da Prefeitura de Munhoz de Mello.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, pedindo prorrogação, por uma hora, dos trabalhos da sessão de hoje.

Em votação.— **Aprovado.**

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, para discutir.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Serei o mais breve possível.

Quando observamos que o município considerado mais rico de todo o Brasil, São Bernardo do Campo, tem hoje o seu Prefeito movimentando gestões no sentido de conseguir um empréstimo de cinquenta milhões de dólares para equilibrar a sua balança municipal, não podemos entender as razões colocadas pelo Líder da nossa Bancada, nesta tribuna, se posicionando contrariamente à criação do Município de Tupãssi.

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil atravessa hoje, um processo evidente de esvaziamento municipal, mas não será esse esvaziamento porque passam todos os municípios, que poderá tirar do povo de Tupãssi o direito à auto-afirmação e a fixação das diretrizes e da direção que devem imprimir a seus próprios destinos.

Como observamos, que, nas últimas eleições de 1.978, um dos municípios existentes no Paraná teve um contingente eleitoral de apenas 432 votantes, e observamos o Deputado Nilso Sguarezzi comentando um contingente eleitoral de sete mil e poucos eleitores, dos quais quatro mil e novecentos realmente, compareceram às urnas e mostraram a vontade daquela comunidade em se transformar em município, não vejo qualquer razão para que esta Casa negue a esse povo, o direito à sua auto-determinação.

Mas, neste final de Século XX, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil que assiste a uma urbanização acelerada, e a uma mudança radical no seu modelo econômico-agrícola, não será com a negativa de uma Casa Legislativa, de uma comunidade ter a sua emancipação e sua própria economia, que poderemos resolver as questões atinentes a esse esvaziamento.

Parece-me também muito claro, Srs. Deputados, que nesta mudança de modelo político, de modelo econômico e de modelo social, pelos quais lutam os homens do MDB e todos os

democratas deste País. E parece também muito claro que, dois problemas fundamentais nós vamos enfrentar - um, é da excessiva e acelerada urbanização dos grandes e dos médios centros e outro é o modelo agrícola brasileiro que está provocando um verdadeiro esvaziamento dos nossos campos. Dentro desta ótica e dentro deste enfoque, quando se pretender recolocar o Brasil nos seus devidos caminhos e no seu devido trilho com um modelo político, realmente atendendo às necessidades populares, com um modelo econômico, realmente voltado para as necessidades do mercado interno brasileiro, aí será a vez do fortalecimento e do revigoramento das pequenas comunidades do Interior do Paraná, e aí, será a vez não apenas de Tupãssi, mas, de todas essas comunidades que neste momento e nesta hora a Assembléia Legislativa do Paraná aprova o seu desejo de transformação e de elevação à condição de município. É preciso, portanto, que seja dada esta oportunidade a essas comunidades, de, já irem se preparando, se equipando para quando o Brasil finalmente acordar para essas duas grandes mazelas que definitivamente conduzem à marginalização centenas e milhões de habitantes do nosso País, à formação dessas franjas de miséria e de marginalização nos grandes centros, e um modelo agrícola totalmente voltado para um mercado externo, quando, finalmente, se resolver neste País dar um paradeiro a esta urbanização desnecessária, acelerada e inchada, então, Srs. Deputados, deverá chegar também a vez do fortalecimento das pequenas comunidades do Interior. E parece-me também, muito claro que, não apenas Tupãssi mas todas essas comunidades que nesse ano de 79, pela livre manifestação da maioria da sua população, essas comunidades manifestaram o desejo de serem elevadas à condição de município não apenas pelo "status" que isso pode lhe acarretar, mas, se autodeterminar num processo muito claro e muito preciso, de valorização do Homem, no Interior. No momento em que se pensar num novo modelo político e num novo modelo econômico para a Federação brasileira, aí chegará a vez dessas pequenas comunidades. E é preciso que, a partir de agora elas possam, ativando as suas forças internas, equipando a sua comunidade com os melhoramentos básicos, mas, acima de tudo, exercitando as forças internas dessas comunidades, elas estejam no momento da alteração desse modelo, preparadas para a nova fase que o Brasil irá assistir neste final de Século XX e início de Século XXI. E quando nós vemos hoje, tantos e tantos municípios existentes que não oferecem equipamentos nem comparáveis aos já existentes nessas comunidades, não vejo porque a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná possa negar, a qualquer título e a qualquer pretexto, o direito dessas comunidades de se autodeterminarem, de se emanciparem e de poderem ativar as suas forças internas no sentido de promover a distribuição espacial do bem-estar e, acima de tudo, a valorização dessas comunidades do Interior.

Era esta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a posição que queríamos deixar muito bem clara, contrariando, evidentemente, as posições assumidas aqui pelo eminente Deputado Nilso Sguarezzi, mas me respaldando, principalmente, em cima do posicionamento dos Deputados Edilson Alencar, Egon Pudell, que são os dois Deputados daquele vibrante município.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em discussão o Projeto de Lei nº 57/79, que cria o Município de Tupãssi. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (Para encaminhar) Sr. Presidente, nobres Deputados.

Sinceramente, hoje a consciência deste Parlamentar ficou em dúvida diante do parecer e a devisão que irá tomar ao votar esta matéria. Reputo de grande importância as colocações feitas pelo nosso Líder, colocações estas que são sérias, que refletem os problemas gravíssimos por que passam todos os muni-

cípios, digamos, do Brasil inteiro.

Por outro lado, reconheço também na argumentação do voto da decisão do povo, de que ele deve receber, deve ser respeitado em suas autodeterminações. E é mais uma reflexão que faço, neste momento, ao declarar meu voto favorável à criação desse município. De que este Poder Legislativo, bem como o Governo Executivo ao consentir àquela comunidade a se constituir em município, são equiparáveis ao pai, quando o filho chega à idade da emancipação.

A nossa preocupação pela sobrevivência desse município que ora se cria, deve ser séria, deve continuar, caso contrário, a paternidade será falha.

Portanto, ao declarar meu voto favorável, gostaria de, estribado na argumentação do nobre Líder, chamar a atenção para que o Governo, principalmente o Órgão Executivo, que é responsável pela administração das finanças da sociedade brasileira e paranaense, não se volte amanhã ou depois, contra sua própria criatura, que é este município que ora está por se fundar. Que realmente se olhe com responsabilidade e que este município não seja um dos tantos e tantos municípios abandonados no dia de amanhã, como estão abandonados muitos dos nossos municípios, como estamos assistindo e vendo, nos dobrando à realidade crua das estatísticas há pouco demonstradas pelo nosso grande Líder, de que os nossos municípios estão realmente carecendo de uma urgente reforma tributária.

Voto favorável à criação desse município, a este projeto de lei, pedindo encarecidamente que amanhã ou depois possamos apreciar nesta Casa e também com voto favorável dos colegas Parlamentares da ARENA, projeto que emane do Executivo e que venha trazer a reforma tributária para salvar os municípios criados no passado e abandonados no presente. Seria isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o Projeto de Lei n.º 57/79.

O Sr. Nilso Sguarezi — Sr. Presidente, não tive tempo da tribuna. Conforme o Artigo 152 do Regimento Interno, quero que as minhas razões de voto sejam transcritas na Ata.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere. (Matéria encaminhada e considerada como lida pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi).

"Sr. Presidente.

O Estado do Paraná caminha, ressalte-se, em época fragrantemente inoportuna, para nova fragmentação física e administrativa.

Novas redivisões haverão de se concretizar, eis que moradores radicados em diversos distritos manifestaram-se por esse desidério, no processo plebiscitário realizado no último domingo deste mês, dia vinte e cinco.

Registre-se o respeito à vontade soberana dessa parcela da população paranaense que, naquela data, acorreu às urnas, posicionando-se pelo desmembramento de suas comunas.

Repudie-se, no entanto, a afoitesa dos signatários dos diversos projetos que tramitam nesta Casa e que originaram os movimentos desmembratórios e, em especial, ao que reivindica foro autônomo para o Distrito Administrativo e Judiciário de Tupãssi, jurisdicionado pelo Município de Assis Chateaubriand.

Cumpra-se também, relevar e entender a tendência emancipatória manifesta pela laboriosa população de Tupãssi, tendência de cunho psicológico, nato da gente brasileira, na sua busca constante de independência, em qualquer sentido.

Entretanto e por certo, compreensivelmente desinformados da presente realidade, crítica, pela qual passa a maioria dos municípios paranaenses, foge-lhes ao raciocínio, o aspecto basilar que é justamente a inexistência de estrutura financeira para a consolidação da autonomia pretendida.

Aliás, tal estado de coisas assumiu proporções tão alar-

manes, atingindo dimensionamento tamanho, a ponto de originar a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito em andamento na Câmara Federal e que estuda, analisa, levanta e discute, justamente as causas, os fatores do empobrecimento dos municípios brasileiros.

Ainda em 1.973, quando a questão municipalista já se ressentia da necessidade de um profundo reestudo e da execução urgente e premente de uma reforma tributária, um advogado desta Casa Legislativa paranaense, do quadro do então nosso Gabinete de Assistência Técnica, o GAT, o Doutor Reginaldo Fanckin, fazia publicar comentários a respeito da CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS e, logo na introdução de seu trabalho, o autor assim se expressou: "A Constituição de 24 de janeiro de 1.967, tanto na redação original, quanto na redação consagrada pela Emenda n.º 1, de 1.962, no artigo 14, decreta que - lei complementar estabelecerá os requisitos mínimos de população e renda pública, bem como a forma de consulta às populações, para a criação de municípios" - e prossegue: — "Da simples leitura do texto, depreende-se a intenção claro do Legislador Federal de reservar à União a competência para estabelecer, com exclusividade, os critérios básicos de criação de municípios, ao contrário da tradição constitucional brasileira, na matéria, que atribuía aos Estados, essa tarefa".

De forma incisiva, corroborando com nossas afirmações anteriores e enfatizando fatos já de domínio público, Reginaldo Fanckin anuncia: "A apontada mudança de comportamento, funda-se na necessidade de coibir abusos que se disseminaram por todo o território brasileiro, expressos na multiplicação indiscriminada de municípios, em obediência a interesses subalternos. Interesses político-partidários locais, de grupos econômicos e mesmo com o objetivo de participação nas quotas dos fundos financeiros da União, levaram a maioria dos Estados a retalhar seus territórios na faina inconsciente de instituir entidades político territoriais autônomas, sem um mínimo de condições de viabilidade. Ainda hoje esses municípios vegetam apenas, no plano inclinado do retrocesso, como testemunhas da leviandade e do imediatismo de uma época. Esse quadro, negativo, é o suporte fático, na expressão de PONTES DE MIRANDA, do dispositivo constitucional expiatório".

Ainda no percurso do labirinto da legislação que regula a criação de municípios, cabe lembrar Miguel Reale, que dá suporte importante ao trabalho de Fanckin quando, ao se referir ao artigo 14 da Constituição Paulista de 1.947, observa que: "o plebiscito de consulta é condição elevada à categoria de norma constitucional para a criação de municípios". Prossegue o renomado jurista, "é condição indispensável ao pronunciamento da Assembléia Legislativa relativamente às pretensões de autonomia ou de alteração de ordem territorial" - e arremata - "ADMITIR O EFEITO VINCULATIVO DO PLEBISCITO EQUIVALERIA A CONVERTER A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM MERO ÓRGÃO DE VERIFICAÇÃO FORMAL DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS".

Acrescente-se agora, que já neste ano que se finda, de 1.979, o consultor técnico do GAT, nos brindaria com nova publicação, oferecendo luzes "com vistas a orientar quantos se empenham no preparo de uma representação iniciadora do processo de criação de município".

Atendo-nos ao caso específico de Tupãssi, verificamos que diversos requisitos enunciados em lei para o desenvolvimento do processo que objetiva sua autonomia já foram atendidos. Talvez por serem mínimas as exigências e provavelmente não se levando em conta a defasagem já verificada nos dados auferidos.

Por outro lado, é mister lembrar que o êxodo populacional paranaense, notadamente em sua área rural, persevera em sua ascensão alarmante. São levadas e levadas famílias que, diariamente abandonam nosso Estado em busca de outros países até, procurando atingir melhores condições de vida. O

próprio Município de Assis Chateaubriand, vive este drama, ressentido os efeitos desse fenômeno.

Para efeito de ilustração, cabe divulgar que, especificamente no Distrito de Tupãssi, das 165 firmas ali estabelecidas em 1977, portanto há apenas dois anos, e que se dedicavam à exploração dos diversos ramos do comércio, apenas 77, isto é, bem menos que a metade, continuam suas atividades.

Reiteramos o inoportunismo da pretensão desmembratória, justamente em época na qual milhares de prefeitos brasileiros preparam-se para a adoção de uma providência elementar — dar férias coletivas aos seus trabalhadores simplesmente para diminuir as despesas relacionadas nas folhas de pagamentos de suas Prefeituras.

Reafirmamos nossa decisão em mantermo-nos contrários ao plano de lei em tela, justamente quando prefeitos de dezenas de municípios paranaenses chegaram a anunciar que, por ocasião do Congresso do Municipalismo Brasileiro, hoje instalado em Curitiba, partiriam para uma medida extrema, entregando as chaves de suas prefeituras ao general-presidente que aqui se encontra.

É este o triste quadro, pintado em tela dura e negra.

Frustraram-se também, os que, com otimismo, confiaram na anunciada intenção governamental de propor uma reforma tributária. Solapada, como destacou a imprensa de nossa Capital, começa a levar os municípios ao desespero, depois de uma euforia inútil e falsa.

É este o triste quadro. Estampa com realismo a patenteada e irreversível falência dos municípios, pilares da Democracia e do Regime Federativo. Dessa realidade, deduz-se inexoravelmente que, nestes tristes 15 anos de autocracia, os municípios perderam sua soberania, e foram reduzidos a meros pólos arrecadadores de meios de sustentação do Poder Central.

Estribando-me nestes considerandos — Senhor Presidente, Senhores Deputados — insisto no inoportunismo da presença deste projeto nesta Casa. Repito palavras já proferidas desta mesma tribuna, quando abordamos, neste mesmo tom, o projeto que cria o Município de Lunardelli: TAL ACONTECIMENTO TRARÁ SACRIFÍCIO IMEDIATO AO SEU POVO E AO PRÓPRIO GOVERNO, POIS SERÁ TAL QUAL CRIAR MAIS UM CARENTE À PROCURA DE RECURSOS. SERÁ COMO UM PAI QUE SOLTA SEU FILHO A ESMO PELO MUNDO, SEM QUAISQUER MEIOS DE SOBREVIVÊNCIA.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1979.

a) NILSO SGUAREZI

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Em votação o Projeto de Lei n.º 57/79. — **Aprovado.**

A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso Plenário, da Vereadora Maria José de Oliveira, de Conselheiro Mayrink.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59/79, de autoria dos Deputados DENI SCHWARTZ, LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, TÚLIO ZANCHET, que cria o Município de Nova Prata, com território desmembrado do Município de Salto do Lontra, sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.E., e EMENDA SUBSTITUTIVA por unanimidade. -- **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 59/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica criado o Município de NOVA PRATA, desmembrado do Município de Salto do Lontra, com sede no Distrito do mesmo nome com os seguintes limites e confrontações:

NORTE: com os Municípios de Catanduvas e Capitão Leônidas Marques, começando na barra do Rio Jaracatiá com o Rio Iguaçu pelo qual desce até a barra do Rio Cotegipe;

OESTE: com os Municípios de Realeza e Santa Isabel D'Oeste, começando na barra do Rio Cotegipe e subindo por este até a barra do Rio Borges;

SUL: com o Município de Salto do Lontra, começando na barra do Rio Borges e subindo por este até a sua nascente, de onde segue pelas linhas de divisa dos lotes 66-A, 67, 70, 71, 72, 77, 75, 76, 60, 66, 104, 78 e 105 da gleba 70-FB e dos lotes 72 e 82 da gleba 69-FB, alcançando a nascente do Rio Louco, por onde desce até alcançar o Rio Jaracatiá.

Os lotes citados pertencerão ao Município de Nova Prata.

LESTE: com o Município de Dois Vizinhos, começando na barra do Rio Louco com o Rio Jaracatiá e descendo por este até a sua barra no Rio Iguaçu, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1979.

(a) DENI SCHWARTZ

COMISSÃO ESPECIAL

EMENDA SUBSTITUTIVA AO

PROJETO DE LEI N.º 59/79

Art. 1.º — Fica criado, com território desmembrado do Município de Salto do Lontra, o Município de Nova Prata, com sede na localidade do mesmo nome e seguintes divisas: "começa na foz do Rio Jaracatiá no Rio Iguaçu e desce por este até a foz do Rio Cotegipe, subindo até a foz do Rio Borges. Sobe por este até a sua nascente de onde segue pelo divisor das águas, fazendo linha de divisas entre os lotes 66A, 67, 70, 71, 72, 77, 75, 76, 60, 66, 104, 78, 105 da gleba 70 FB, seguindo pelas divisas dos lotes n.ºs 72 e 82 da gleba 69 FB, cujos lotes ficarão dentro do território de Nova Prata, até alcançar a nascente do Rio Louco e descendo por este até a foz do Rio Jaracatiá no Rio Iguaçu, ponto de partida".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1979.

aa) JURANDIR MESSIAS — Presidente

NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO ESPECIAL

Parecer ao Projeto de Lei n.º 59/79

Reexaminando-se a matéria, face o resultado da consulta plebiscitária realizada em 25 do corrente mês, conforme a Ata de apuração encaminhada pelo Juízo Eleitoral da Comarca, e anexa ao processo, opinamos que o projeto de lei de criação do Município de Nova Prata, desmembrado do Município de Salto do Lontra, está em condições de ser incluída na Ordem do Dia e ser submetido à consideração do Plenário deste Poder Legislativo, na forma da Emenda Substitutiva anexa.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1979.

aa) JURANDIR MESSIAS — Presidente

NILSO SGUAREZI — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 70/79, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que cria o Município de Cafelândia, desmembrado do Município de Cascavel, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 70/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica criado o Município de CAFELÂNDIA, desmembrado do Município de Cascavel, com as seguintes

divisas:

Começa no Rio Melissa, no ponto de encontro da barra do Córrego Ubiratã, de onde sobe até sua nascente, daí segue por linhas secas e sucessivas pelo limite dos lotes n.º 188 e 189, da Gleba 10, da Colônia Pindorama, seguindo posteriormente pela divisa entre as Glebas 9 e 10, da Colônia Pindorama até atingir o Córrego Anta Gorda, por este abaixo até encontrar a divisa entre os lotes 50 e 51, da Gleba 8, perímetro "B", de onde segue pelas divisas entre os lotes 30 e 31, até alcançar a cabeceira do Córrego Bananeiras, por este entre os lotes 66 e 67, da Gleba 6, da Colônia Pindorama, defletido à direita pela divisa dos lotes 145 e 66 e, posteriormente, defletindo para a esquerda, pela divisa entre os lotes 145 e 146, Gleba 8, da Colônia Bertolino, por este abaixo até encontrar o Rio Jesuítas, por este acima até as divisas entre as Glebas 5 e 6, da Colônia Pindorama; por esta divisa até alcançar o Rio Verde ou Boi Piquá; por este acima até alcançar a divisa entre as Glebas 5 e 7 da Colônia Pindorama, seguindo por esta divisa em sentido Oeste até alcançar o Arroio Silvestre, pelo qual sobe até alcançar as divisas entre a Colônia Pindorama e Lopei, seguindo pela mesma divisa em sentido Leste até alcançar o Rio Verde e por este acima, até alcançar o Córrego São Pedro e por este acima até a divisa da chácara 118, e por esta até encontrar a chácara 114 e por esta em direção Sudoeste até o córrego e por este acima até a divisa da chácara 63 e 62 e por esta em direção a Leste até o Rio Jesuíta e por este abaixo até a divisa da chácara 42 e 41 e por esta entre a chácara 42, 41, 43 e 40 até o Arroio Central e por este acima, até a PR 14 e por este em direção Norte até a estrada dos Pinheiros e por esta até o Rio Melissa e por este abaixo até o córrego Ubiratã ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Durante vários anos, este Deputado vem coletando, pacientemente, todos os dados necessários para que o progressista Distrito de Cafelândia d'Oeste, situado em Cascavel, seja elevado à condição de Município.

Assim, no momento em que apresentamos o presente projeto de lei visando a emancipação de CAFELÂNDIA, fazemo-lo na certeza de que serão cumpridas todas as formalidades legais para que essa aspiração de um povo merecedor de nosso apreço possa ser concretizada.

Para isso, anexamos ao presente, o Ofício n.º 2.744, enviado ao Presidente desta Casa pelo ex-Diretor Geral do Tribunal Eleitoral do Paraná, Desembargador MÁRIO LOPES DOS SANTOS, dando conta de que, em outubro de 1975 o Distrito de CAFELÂNDIA já contava com 2.710 eleitores, número suficiente para cumprir o requisito legal, pois, o Paraná, naquela oportunidade contava com 2.778.872 eleitores.

Com satisfação, anexamos também Ofício n.º 804/75, que recebemos do Sr. Secretário das Finanças do Estado, onde consta, expressamente, que a receita orçamentária de CAFELÂNDIA atinge o percentual de 0,05% sobre o total arrecadado pelo Estado!

Juntamos ainda, a comunicação que recebemos da fundação I.B.G.E., certificando que a população da área que se pretende emancipar é superior a 10.000 habitantes; que o número do povoado de CAFELÂNDIA é superior a 200 (duzentas) e que a população remanescente do Município de Cascavel após deduzida a população estimada da área que se pretende emancipar será superior a 10.000 habitantes.

Como podemos notar, somente os informes contidos no ofício da lavra do Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças, dando conta de que CAFELÂNDIA, em 1975 já conseguia superar a marca de 5 (cinco) milésimos da arrecadação de todo o Estado do Paraná, já seria argumentação

suficiente para que este projeto de lei mereça sua aprovação.

Todavia, desnecessário será dizer do progresso de CAFELÂNDIA, onde está situada a Cooperativa Agrícola Consolata, e que pela sua produção de cereais, indústrias e pecuária, por si só representa parte do desenvolvimento de todo o oeste de nosso Estado.

Pela sua pujança, pelo valor de seu povo, o MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA será mais um motivo de orgulho para todo o Paraná.

Finalmente, queremos esclarecer que já se encontram tramitando nesta Casa de Leis, duas proposições, uma delas de n.º 27/70, que tratam do mesmo assunto, onde serão encontrados os demais elementos necessários para instruir o presente projeto de lei, pois, ali estão contidos dados coletados em incansáveis pesquisas desenvolvidas por este Parlamentar para a emancipação de CAFELÂNDIA, bem como por outras pessoas que muito batalharam com esse mesmo objetivo.

COMISSÃO ESPECIAL

Parecer ao Projeto de Lei n.º 70/79

Reexaminando-se a matéria face o resultado da consulta plebiscitária realizada em 25 do corrente mês, conforme a Ata de apuração encaminhada pelo Juízo da Comarca e anexa ao processo, opinamos que o presente projeto de lei que visa a criação do Município de Cafelândia desmembrado do Município de Cascavel, está em condições de ser incluído na Ordem do Dia para ser submetido à consideração do Plenário deste Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1979.

aa) JURANDIR MESSIAS — Presidente

NILSO SQUAREZI — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 87/79, de autoria do Deputado WALDYR PUGLIESI, que dispõe sobre a fixação de prazo do Poder Executivo para responder a requerimentos de informações formulados pela Assembléia Legislativa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria, na forma do SUBSTITUTIVO GERAL. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 87/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os requerimentos de informações formulados pela Assembléia Legislativa, nos termos da Constituição Estadual, deverão ser respondidos pelo Governador do Estado dentro de 30 (trinta) dias, à partir da data do recebimento do respectivo pedido.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1979.

a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, dispõe sobre a fixação de prazo ao Poder Executivo para responder os requerimentos de informações formulados por esta Casa.

A Constituição Estadual em seu artigo 17 - XVIII, que se refere às atribuições do Chefe do Poder Executivo, não trata de prazo em que tais proposições devem ser respondidas a esta Casa pelo Governador do Estado e diz que os prazos deverão ser fixados em Lei, fato este que não pode perdurar por mais tempo.

Podemos afirmar, ainda, que a omissão consumada pela atual legislação vem causando entraves ao bom desenvolvimento das atividades desta Assembléia Legislativa, notadamente aos requerimentos de informações, que constituem elementos impostergáveis deste Poder e através dos quais, "se efetiva a função legiferante das Assembléia e Câmaras Legislativas".

É certo também, que das respectivas respostas depende, em muitos casos, o posicionamento dos nobres Pares face a relevantes matérias a serem apreciadas pela Casa.

Em assim sendo, a medida consubstanciada no presente projeto de lei se impõe em nome dos interesses deste Poder, visto que contribuirá, de modo eficaz, para o aprimoramento da atividade parlamentar.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 87/79

O projeto de lei ora em apreciação, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, objetiva a fixação de um prazo de 30 (trinta) dias para que o Poder Executivo responda aos pedidos de informações oriundos do Legislativo.

A medida indubitavelmente, não fere qualquer dispositivo de ordem legal ou constitucional, nada havendo, a esse aspecto, que se lhe possa antepor.

No que respeita à sua forma, no entanto, quer nos parecer que o prazo de 30 (trinta) dias estabelecido pelo projeto poderá ser um tanto restrito, em muitos casos, quando a resposta dependa de um estudo mais acurado, ou demande uma opinião técnica mais apropriada.

Em concordância com o exposto, opinamos no sentido de que o presente plano de lei seja aprovado na forma do substitutivo geral em anexo, onde se eleva prazo de 30 (trinta) para 60 (sessenta) dias.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO - Presidente

AIRTON CORDEIRO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 87/79

Art. 1.º - Os requerimentos de informações formulados pela Assembléia Legislativa, nos termos estabelecidos pelo Art. 47, inciso XVIII, da Constituição Estadual, deverão ser respondidos pelo Poder Executivo dentro de um prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu recebimento.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO - Presidente

AIRTON CORDEIRO - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 145/79, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que cria no Município de Roncador o Distrito Administrativo de Alto São João, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 145/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 10 - Fica criado o Distrito Administrativo de Alto São João, no Município de Roncador, com as divisas seguintes e confrontações:

AO NORTE - pelo leito do Rio Bonito até sua foz com o Rio Muquillão, em confrontação com o Município de Iretama;

AO LESTE: pelo leito do Rio Muquillão, até onde o Ribeirão Palmital, faz sua foz com o mesmo e em confrontação com o Município de Pitanga;

AO SUL: pelo leito do Ribeirão Palmital até o seu cruzamento com a estrada municipal MQ-536, em confrontação com o Município de Pitanga; e,

AO OESTE: pela estrada MQ-536 até sua bifurcação com a estrada municipal MQ-405, daí por um afluente do Rio das Barras até sua foz com o mesmo, segue pelo Rio das Barras até

o seu cruzamento com a estrada municipal MQ-404, seguindo pela mesma até a sua bifurcação com a estrada municipal MQ-408, seguindo pela estrada municipal MQ-408 até o seu cruzamento com o Rio Bonito, encontrando assim o ponto de partida em confrontação com o restante do Município de Roncador.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1977.

(a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

O Município de Roncador é um dos municípios paranaense que vem apresentando o mais expressivo desenvolvimento, seja no setor econômico, seja nos setores cultural e social.

Em razão de tal crescimento sua estrutura administrativa exige tais modificações para que possa a atual Administração Municipal atender com melhores condições os problemas advindos de tal desenvolvimento.

Em decorrência, os Poderes Municipais constituídos do Município de Roncador, através da Lei Municipal número 27/77 datada de 05/09/77, criaram o Distrito Administrativo de Alto São João e que através do presente projeto de lei, submetemos à consideração desta Casa a fim de que obtenhamos o reconhecimento legal no âmbito da esfera administrativa estadual.

Em anexo, juntamos ao presente, cópia da Lei supra citada e posteriormente encaminharemos as respectivas certidões exigidas pelos itens I e II do artigo 9º da Lei Complementar número 02, de 18/06/1973 - Lei Orgânica dos Municípios.

COMISSÃO ESPECIAL

Parecer ao Projeto de Lei n.º 145/79

De autoria do nobre Deputado Jurandir Messias, o presente Projeto de Lei n.º 145/77, tem por finalidade criar, no Município de Roncador, o Distrito Administrativo de São João, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

Analisando-se o processo, deparamos com a documentação que comprova estarem preenchidos os requisitos previstos pela Lei Orgânica dos Municípios (Art. 9.º da Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73).

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1979.

aa) JURANDIR MESSIAS - Presidente

FUAD NACLI - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 101/79, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a Associação de Bem-Estar Social do Portão - ABES, com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 101/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Bem-Estar Social do Portão - A.B.E.S., com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1979.

a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Criada com idealísticas finalidades, a Associação de Bem-Estar Social do Portão vem desenvolvendo relevantes trabalhos em prol da coletividade. Dentre estes, ressalta-se o programa de amparo à infância do qual faz parte a construção de uma "creche comunitária".

Pela sua meritória atuação, a mencionada entidade está

entre as que são dignas do reconhecimento oficial pela declaração de utilidade pública.

Assim, propomos o presente plano de lei, na certeza de contar com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 101/79

De autoria do nobre Deputado EZEQUIAS LOSSO, o presente projeto de lei, tem por finalidade declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE BEM-ESTAR SOCIAL DO PORTÃO - A.B.E.S., com sede e foro nesta Capital.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, sendo satisfeita assim a diligência solicitada pela C.C.J., temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO -- Presidente
AIRTON CORDEIRO -- Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 109/79, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que cria no Município de Capitão Leônidas Marques, o Distrito Administrativo de Alto Alegre, cuja sede e divisas especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 109/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Capitão Leônidas Marques, o Distrito Administrativo de Alto Alegre, com sede na localidade do mesmo nome e seguintes divisas:

— Partindo do ponto em que o Rio Andrada desemboca no Rio Iguaçu, segue pela margem deste no sentido Oeste-Leste, até a foz do Rio Jacutinga; subindo por este no sentido Sul-Norte, até a sanga Progresso; por esta no sentido Sudoeste-Noroeste, até a sua nascente, daí em linha reta até a nascente de sanga Barra Bonita; descendo por esta no sentido Leste-Oeste, até sua foz no Rio Andrada; descendo pelo Rio Andrada, no sentido Norte-Sul, até a sua desembocadura no Rio Iguaçu, fechando o perímetro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1979.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A região do oeste paranaense, vem apresentando um surto desenvolvimentista dos mais acentuados, quer no setor sócio-econômico, social e cultural.

Com isso, a estrutura administrativa municipal, vem sofrendo mudanças das mais marcantes, ocasionando com que os Executivos Municipais se adaptem e proporcionem condições para que esse progresso que ali está sendo gerado, não sofra solução de continuidade.

Esta é a situação que vem ocorrendo no Município de Capitão Leônidas Marques, e principalmente, na localidade de Alto Alegre.

A documentação anexada ao presente, dizem da necessidade deste Poder Legislativo, atender às justas reivindicações daquela laboriosa população da rica região sudoeste paranaense.

É o plano de lei que ora propomos.

COMISSÃO ESPECIAL

Parecer ao Projeto de Lei n.º 109/79

De autoria do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira,

o presente Projeto de Lei n.º 109/79, tem por finalidade criar, no Município de Capitão Leônidas Marques, o Distrito Administrativo de Alto Alegre, com divisas que especifica.

Da análise do processo, temos que o projeto de lei está devidamente justificado conforme preceitua o Regimento Interno e acompanhado com a documentação exigida pela Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73 — LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS — Art. 9.º.

Diante do exposto, nada há, que possa obstar e sua tramitação por esta Casa, opinando-se assim pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1979.

aa) JURANDIR MESSIAS — Presidente
FUAD NACLI — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 132/79, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que declara de utilidade pública a "Fraterna Ajuda Cristã - F.A.C." com sede e foro na cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 132/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "FRATERNAL AJUDA CRISTÃ - F.A.C.", com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1979.

a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela Legislação estadual, federal e pertinentes à matéria, e tem por objetivo suscitar, orientar e coordenar as atividades assistenciais, seus associados e instituições para estudo e solução de problemas da coletividade e de necessidades particulares de grupos, famílias e indivíduos, servindo de vínculo entre a boa vontade de uns e as necessidades de outros. Proporcionar a seus associados a necessária formação na caridade cristã, a fim de que os objetivos da sociedade possam ser plenamente atingidos.

Por essa razão, submetemos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 132/79

Ao Projeto de Lei do ilustre Deputado Dácio Leonel, que visa tornar de utilidade pública a F.A.C. "FRATERNAL AJUDA CRISTÃ", com sede e foro na cidade de Londrina.

Cumprindo as exigências solicitadas de acordo com a Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, no pedido de deliberação, opinamos FAVORAVELMENTE ao presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 158/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 66/79), que dispõe sobre requisitos a serem observados por pretendentes a empréstimos e financiamentos em projetos agropecuários, junto a Entidades Estaduais Bancárias ou de Créditos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 158/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — A obtenção de financiamentos a projetos agropecuários, junto a Entidades Estaduais Bancárias ou de Crédito, fica condicionada à comprovação de cumprimento ao Art. 2.º da Lei Federal n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), pertinente à proteção das matas ciliares nos cursos e outras coleções de água.

Art. 2.º — A Secretaria de Estado da Agricultura fixará as normas complementares necessárias à execução desta Lei, sendo-lhe facultado estabelecer casos em que, por suas peculiaridades, os financiamentos possam ser concedidos sob condições diversas da prevista no art. 1.º.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 06 de junho de 1979.

a) NEY BRAGA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 158/79

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 66/79, o presente projeto de lei, que dispõe sobre o estabelecimento de requisitos a serem observados por pretendentes a empréstimos e financiamentos a projetos agropecuários, junto a Entidades Estaduais Bancárias ou de Crédito.

O presente projeto de lei, estabelece as condições mínimas a serem cumpridas com o intuito de preservar e proteger as riquezas naturais do País.

O referido projeto, de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, não fere qualquer dispositivo legal ou constitucional, merecendo ser aprovado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 1979.

aa) NELTON FRIEDRICH — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 158/79

O projeto de lei em apreciação originou-se da Mensagem Governamental n.º 66/79 e já mereceu aprovação da Comissão de Constituição e Justiça.

A medida proposta tem a mais alta significação ecológica pois pretende condicionar a concessão dos empréstimos mencionados ao cumprimento do Art. 2.º da Lei Federal n.º 4771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal Brasileiro), que dispõe sobre a proteção das matas ciliares nos cursos e outras coleções de água.

Nosso parecer não poderia deixar de ser favorável.

Sala das Comissões, em

aa) AGUINALDO PEREIRA LIMA — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 158/79

O projeto de lei em pauta é resultante da Mensagem Governamental n.º 66/79 e já mereceu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

A regulamentação dos empréstimos a projetos agropecuários concedidos por órgãos da administração indireta do Estado, condicionando-as à proteção das matas que margeiam os cursos e outras coleções de água, é medida que merece especial atenção e aplauso.

Obviamente, trata-se de uma ainda acanhada exigência quanto à preservação das riquezas naturais do Estado ante os graves problemas ambientais que já são sentidos no meio rural, inclusive com progressiva degradação do solo paranaense.

Por outro lado, são medidas que, embora existindo há anos por força de dispositivo federal, na prática não são devidamente fiscalizadas, muito menos obedecidas, inclusive pelas

entidades estaduais bancárias ou de crédito, que deveriam ser os primeiros a atender tão pertinentes exigências do Código Florestal. Impossíveis e omissos, os organismos bancários — oficiais ou particulares —, ao longo dos últimos anos, atrelados à política agrícola oficial, financiaram a mecanização abrupta de grandes regiões, com o desmatamento desvairado e o uso indiscriminado de defensivos agrícolas, sem a menor preocupação com a vida qualitativa de nossas águas, envenenamento dos rios e erosão visível nas áreas rurais e urbanas.

Se falássemos em saúde ecológica do Estado do Paraná, poderíamos diagnosticá-la como de mal a pior. Evidente, não houve adequada prevenção. Agora só resta remediar. Ainda que um pouco tarde. Estamos, pois, sofrendo os efeitos, já que na natureza não há castigo, há consequências.

E assim sendo, embora acanhada, a exigência deste projeto já é alguma coisa.

Por tal razão, nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em

aa) VALDUGA — Presidente

NELTON FRIEDRICH — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 160/79, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Colorado - A.P.M.I.", da cidade de Colorado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 160/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE COLORADO - A.P.M.I.", com sede e foro na cidade de Colorado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1979.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos pela legislação reguladora da matéria.

Na verdade, tem seu estatuto social devidamente registrado no Cartório das Pessoas Jurídicas competente.

Está em regular funcionamento há mais de um (01) ano e presta relevantes serviços à coletividade, cuja finalidade é dar proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, compreendendo: higiene, assistência alimentar, proteção e educação de crianças órfãs, com defeitos físicos, mentais, sociais etc., compreendendo somente as estritamente pobres.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 160/79

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Colorado - APMI, que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos estabelecidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

Não havendo qualquer óbice de natureza legal ou constitucional que se possa opor, somos pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

WALDYR PUGLIESI — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 164/79, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a "Associação Esportiva e Recreativa Sadia", com sede e foro

na cidade de Toledo. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 164/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA "SADIA", com sede na cidade de Toledo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1979.

a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

A Associação Esportiva e Recreativa "SADIA" foi fundada em 07 de abril de 1965, reconhecida de utilidade pública pela Lei Municipal n.º 456/68, de 27/05/1968, e durante todo este longo período vem cumprindo fielmente as suas finalidades, de caráter social, cultural, educacional, artístico e cívico, e difundindo a cultura física e a prática dos desportos em geral. Como o próprio revela e os seus Estatutos atestam, a Associação foi organizada sob a égide da conhecida indústria SADIA (FRIGORÍFICOS), situada em Toledo, e é composta de todos aqueles que exercem atividades profissionais no Frigorífico, seus acionistas e outros que convenham à Associação. E este é o espírito que norteia as organizações mais esclarecidas, congregar funcionários e Diretores na prática da cultura física e esportes. A longa experiência da Associação tem sido altamente benéfica, o que leva o requerente pretender, respeitosamente, o seu reconhecimento por esta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 164/79

De autoria do nobre Deputado EGON PUDELL, o presente projeto de lei, tem por finalidade declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA "SADIA", com sede e foro na cidade de Toledo.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 175/79, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que cria no Município de Toledo, o Distrito Administrativo de Sobradinho. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 175/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Toledo, o Distrito Administrativo de Novo Sobradinho, com as seguintes divisas:

"Partindo da confluência do Lajeado Socobôê, com o Arroio Guaçu, sobe por este até a Barra do Lajeado Barro Preto, pelo qual sobe até a Barra da Sanga Floriano, subindo por esta até a divisa entre os lotes rurais de números 25, da Linha Guaçu, e 129, da Linha Marreco, ambas do 8.º perímetro, pela qual segue até o travessão, seguindo daí pela divisa norte do lote rural 128, confrontando com os lotes rurais números 26, 27, 28, 34, 35 e 36, onde encontra a Sanga Três Cedrinhos pela qual desce até sua barra no Lajeado Grande, desce por este até encontrar, em sua margem direita, o travessão, divisa entre

os lotes rurais números 130/155, pelo qual segue em direção Norte e Noroeste, até encontrar o marco divisorio 149 e 50, na margem direita da Sanga Juriti, pela qual desce até sua barra no Lajeado Socobôê, e ainda por este até sua barra no Arroio Guaçu, ponto de partida desta descrição, abrangendo 149 lotes rurais (1 a 149), todos os Oitavo Perímetro - Linha Guaçu - da Fazenda Britânia, deste Município e Comarca de Toledo, assim fechando o perímetro do Distrito de Novo Sobradinho.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1979.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

O surto de desenvolvimento que vem apresentando a região Oeste do nosso Estado, está a exigir mudanças administrativas a fim de que o progresso não encontre entraves e gere distorções.

A localidade de Novo Sobradinho, no Município de Toledo, pelo seu grande desenvolvimento, já mereceu o reconhecimento como Distrito, pela Lei Municipal número 02/79, de 02/10/79. Com o presente projeto de lei, queremos agora convalidar aquela manifestação municipal e proporcionar melhores condições para o desenvolvimento daquela rica região de nosso Estado.

COMISSÃO ESPECIAL

Parecer ao Projeto de Lei n.º 175/79

De autoria do nobre Deputado Egon Pudell, o presente Projeto de Lei n.º 175/79, tem por finalidade criar, no Município de Toledo, o Distrito Administrativo de Novo Sobradinho, com divisas que especifica.

Da análise do processo, temos que o projeto de lei está devidamente justificado conforme preceitua o Regimento Interno e acompanhado com a documentação exigida pela Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73 - LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS - Art. 9.º.

Diante do exposto nada há que possa obstar a sua tramitação por esta Casa, opinando-se assim pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1979.

a) JURANDIR MESSIAS — Presidente e Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 176/79, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Oásis do Amor", com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 176/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE OÁSIS DO AMOR — de Maringá, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1979.

a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE OÁSIS DO AMOR, de Maringá, com sede na cidade do mesmo nome, é uma Associação Civil, de caráter assistencial e filantrópica, sem intuito lucrativo e com duração indeterminada.

Tem como fins:

a) Promover o bem-estar individual ou da família, considerada como todo, sem distinções políticas, religiosas ou raciais, prestando assistência econômica, social, moral, educacional, recreativa e física.

b) Combater a mendicância e promover a recuperação das

peessoas realmente necessitadas.

c) Apoiar as demais instituições sociais estimulando-as a adotarem programas planejados, para maior e melhor prestação de serviços à comunidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 176/79

A Associação que se pretende declarar de utilidade pública, foi fundada em setembro de 1975 e teve os seus estatutos registrados em 06 de janeiro de 1976.

Do exame da documentação anexa, verifica-se que a Associação Beneficente Oásis do Amor, com sede em Maringá, preenche os requisitos estabelecidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

Nestas condições, somos pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
WALDYR PUGLIESI — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 182/79, de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que cria no Município de Tibagi, o Distrito Administrativo de Caetano Mendes, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 182/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Tibagi, o Distrito Administrativo de CAETANO MENDES, com as divisas seguintes:

“Começa no sul pelo Rio Capivari da Coxilha Alta até sua desembocadura no Ri Capivari e por este até encontrar a do Arroio Capuava; por este acima até sua mais alta cabeceira; daí seguindo em linha seca em direção sul-norte até encontrar a cabeceira do Arroio Guarupu e por este seguindo sua foz no rio Santa Rosa; por este abaixo até sua desembocadura no Rio Tibagi; ao norte e leste pelas atuais divisas com os Municípios de Telêmaco Borba, Reserva e Ivaí, até encontrar novamente o Rio Capivari da Coxilha Alta”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1979.

a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

A documentação anexa comprova que os requisitos da Lei Orgânica dos Municípios foram todos cumpridos, de modo que a criação do Distrito Administrativo de Caetano Mendes será um ato de simples reconhecimento de uma realidade pré-existente.

COMISSÃO ESPECIAL

Parecer ao Projeto de Lei n.º 182/79

De autoria do nobre Deputado David Federmann, o presente Projeto de Lei n.º 182/79, tem por finalidade criar, no Município de Tibagi, o Distrito Administrativo de Caetano Mendes, com sede e divisas que especifica.

Da análise do processo, temos que o projeto de lei está devidamente justificado conforme preceitua o Regimento Interno e acompanhado com a documentação exigida pela Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73 — LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS — Art. 9.º.

Diante do exposto nada há que possa obstar a sua tramitação por esta Casa, opinando-se assim pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1979.

aa) JURANDIR MESSIAS — Presidente
FIDELCINO TOLENTINO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 183/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a “Sociedade Beneficente São Gabriel da Virgem Dolorosa”, com sede e foro na Fazenda Rio Grande, Município de Mandirituba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 183/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO GABRIEL DA VIRGEM DOLO-ROSA, com sede e foro na Fazenda Rio Grande, Município de Mandirituba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1979.

a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela Legislação estadual, federal e pertinentes à matéria, e tem por objeto atender gratuitamente aos necessitados em geral, seus familiares, menores, órfãos ou abandonados, mediante o fornecimento de alimentos, roupas, agasalhos, assistência médica e proporcionando-lhes ainda, alfabetização, educação, moradia, enfim, visando a promoção integral da comunidade.

Por essa razão, submetemos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 183/79

De autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO GABRIEL DA VIRGEM DOLOROSA, com sede e foro na Fazenda Rio Grande, Município de Mandirituba.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
PAULO CAMARGO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pela passagem de 65 anos de Ordenação Sacerdotal e seus 50 anos de Sagração Episcopal a Dom Antônio Mazzarotto. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. João Ernani Bettega. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edgar Marochi, ocorrido em Campo Largo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 16.º aniversário de emancipação política do Município de Santa Isabel do Oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 18.º aniversário de emancipação política do Município de Dois Vizinhos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final para os Projetos de Resolução n.ºs 130 e 131/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando que a íntegra do pronunciamento feito da tribuna, seja encaminhada ao Sr. Ministro da Educação e Cultura e aos Conselhos Federal de Cultura e Federal de Psicologia, contendo as reivindicações da classe dos psicólogos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro das Minas e Energia, em forma de apelo, no sentido de ser encampada a Companhia Hidrelétrica de Paranapanema. — Em votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar a votação). — (Assentimento).

Sr. Presidente, queria incorporar o nosso voto de apoio à iniciativa do Sr. Deputado Palácios, sobre o problema da incampação da Paranapanema. É um ato de uma oportunidade louvável. E queríamos deixar apenso se possível for a nossa solidariedade ao requerimento do Deputado Palácios. Porque, nesse momento, a oportunidade está condizente com o que clama o povo de nossa terra.

Assim, requeiro ao Sr. Presidente, se for possível, e à Mesa, para que dentro do complexo da Casa, pusesse nosso apoio ao esse requerimento e o nosso voto de congratulações pela iniciativa do Deputado Palácios.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — O nobre Deputado poderá assinar, devidamente com a autorização do autor, o referido requerimento.

O SR. PALÁCIOS (Pela ordem). — Sr. Presidente, sinto-me honrado com o apoio do nobre Deputado Gabriel Manoel e autorizo a devida assinatura no presente documento.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento. — **Apro-**

vado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da CAFÉ DO PARANÁ, encarecendo a instalação de uma filial no Município de Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor do DER, consubstanciado em pedido de informações, sobre a paralisação na construção da rodovia que ligará Umuarama a Assis Chateaubriand. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Londrina Esporte Clube, pela brilhante atuação no Campeonato Brasileiro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, com o apoio do Sr. Deputado Nilso Sguarez, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Segurança Pública, encarecendo informações sobre as prisões verificadas durante o movimento paredista dos operários da construção civil. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de repúdio aos elementos que integram a segurança pessoal do Sr. Presidente da República, pelas agressões físicas e morais a profissionais da Imprensa do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já marcada anteriormente.

Levanta-se a sessão.